



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS CÂMPUS DE ARARAQUARA

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA:
ESTRATÉGIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE DE 2008**

RENATA TAVARES PETRECA

Araraquara – SP

2015

RENATA TAVARES PETRECA

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA:
ESTRATÉGIA NO ENFRENTAMENTO DA CRISE DE 2008**

**Monografia apresentada na Faculdade
de Ciências e Letras Campus de Araraquara,
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Ciências Econômicas.**

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Maria Chaves Jardim

Araraquara – SP

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que em sua infinita bondade me deu forças para superar cada obstáculo que apareceu em meu caminho, permitindo que eu encontrasse nele pessoas que conseguiram me levar ao melhor que eu poderia ser.

À esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que me proporcionaram as bases para que um futuro brilhante possa ser construído, abrindo um horizonte de oportunidades à mim e aos demais estudantes.

À minha orientadora Maria Chaves Jardim, por seu empenho, dedicação, orientação, apoio e confiança dedicados a mim e a este trabalho, cujos ensinamentos vão além da formação profissional, me proporcionando uma evolução como ser humano.

E a toda minha família, por seu amor e apoio incondicional.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
LISTA DE GRÁFICOS:.....	8
LISTA DE TABELAS:.....	9
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS:	10
1. SEÇÃO 1: INTRODUÇÃO.....	11
1.1 OBJETIVO	12
1.1.1 OBJETIVO GERAL	12
1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
1.2 MÉTODO	13
1.2.1 METODOLOGIA DA PESQUISA	14
1.3 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA.....	15
2. SEÇÃO 2: O GOVERNO LULA E SEU MODELO DE DESENVOLVIMENTO.....	16
2.1 O GOVERNO LULA	16
2.2 O NEODESENVOLVIMENTISMO.....	19
2.3 O PAC.....	23
3. SEÇÃO 3: A CRISE ECONÔMICA E FINANCEIRA E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA COMO MEDIDA ANTICÍCLICA.	27
3.1 A CRISE DE 2008.....	27
3.2 ESTRATÉGIAS DO GOVERNO PARA SUPERAR A CRISE	29
3.3 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	32
3.4 PROSOPOGRAFIA	38
3.5 PERSPECTIVAS.....	41
3.6 REFLEXOS DA GESTÃO DA CRISE VIA PMCMV NA ECONOMIA	46

4.CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
5.REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	55
6. ANEXOS	58

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida, proposto pelo governo Lula, em 2009, destacando seus principais impactos para o país no período subsequente à crise financeira internacional de 2008, além de demonstrar a percepção dos diferentes agentes inseridos no contexto. Argumentamos que a implantação do Programa foi uma estratégia para que o país superasse a crise, movimentando a economia ao estimular o consumo, o investimento e a criação de empregos. Este trabalho analisa também o governo Lula, responsável pela implantação do programa, e busca demonstrar seus pontos característicos que levaram ao sucesso do Programa Minha Casa Minha Vida. Por fim, demonstramos que a crise de 2008 possui um lado ainda pouco explorado, que vai além dos dados econômicos que gerou, podendo ser considerada como a crise do pensamento econômico *mainstream*.

Palavras-chave: Minha Casa Minha Vida, Crise, Governo Lula, Neodesenvolvimentismo.

ABSTRACT

This work aims to present an analysis of the Minha Casa Minha Vida, proposed by Lula's government in 2009, highlighting their main impacts for the country in the period following the international financial crisis of 2008, in addition to demonstrating the perception of different inserted agents in context. We argue that the Program implementation was a strategy for the country to overcome the crisis, moving the economy to stimulate consumption, investment and job creation. This work also analyzes the Lula government, responsible for program implementation, and seeks to show its characteristic points that led to the success of the Minha Casa Minha Vida. Finally, we demonstrate that the 2008 crisis has a side still little explored, that goes beyond the economic data that generated and can be regarded as the mainstream economic thinking crisis.

Keywords: Minha Casa Minha Vida, Crisis, Lula government, neo-developmentism

LISTA DE GRÁFICOS:

GRÁFICO 1: CRESCE A PRODUÇÃO DE BENS DE CAPITAL DIRECIONADOS A TODOS OS SETORES DA ECONOMIA	25
GRÁFICO 2: DÉFICIT HABITACIONAL	34
GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO % DO DÉFICIT HABITACIONAL BRASILEIRO - 2008	35
GRÁFICO 4: PIB	47
GRÁFICO 5: BALANÇA COMERCIAL.....	48
GRÁFICO 6: TAXA DE DESEMPREGO.....	49
GRÁFICO 7: TAXA DE INVESTIMENTO	50
GRÁFICO 8: VENDA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	51

LISTA DE TABELAS:

TABELA 1: ORTODOXIA CONVENCIONAL X NOVO DESENVOLVIMENTISMO.....	22
TABELA 2: CENÁRIO DO PAC	24
TABELA 3: MAPEAMENTO DA COMISSÃO QUE IMPLANTOU O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.....	38
TABELA 4: DEPOIMENTOS SOBRE O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM 2009.	41
TABELA 5: DEPOIMENTOS SOBRE O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM 2010.	44

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS:

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
CAIXA- Caixa Econômica Federal
CUT- Central Única dos Trabalhadores
EUA – Estados Unidos da América
FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo.
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI – Imposto sobre o Produto Industrializado
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo
PIB – Produto Interno Bruto
PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PMCMV- Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU - Programa Nacional de Habitação Urbana
PP- Partido Progressista
PRC - Partido Revolucionário Comunista
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PT – Partido dos Trabalhadores
PV- Partido Verde
TR- Taxa Referencial
TTS – Trabalho Técnico Social.

1. SEÇÃO 1: INTRODUÇÃO

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é participante do Programa Nacional de Habitação que acontece em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos. Sua proposta é oferecer facilidades, dentre elas, descontos, subsídios e redução do valor de seguros habitacionais, para famílias com até R\$5.000,00 de renda bruta. O Programa Minha Casa Minha Vida possibilita o financiamento de imóveis em até 30 anos e possui formatos e taxas que diferem de acordo com a renda comprovada pelo beneficiário.

Criado em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida foi lançado pelo Governo Federal com o intuito de reduzir o *déficit* habitacional que existe no Brasil. Um estudo abrangendo esse tema foi realizado a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2008 e mostrou que, naquele ano, o *déficit* habitacional era de 5,5 milhões de domicílios no país e que este *déficit* afeta majoritariamente famílias com renda de até três salários mínimos (89,6%). (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011, p.29).

Visando a construção de um milhão de moradias até dezembro de 2010, o programa recebeu do Governo Federal 14 bilhões de reais para servirem como subsídios aos financiamentos das famílias. O PMCMV também objetivou a ampliação do acesso à casa própria para as famílias de renda mais baixa.

Esse foi um diferencial do Programa, pois a iniciativa privada não tinha grande interesse em investir em empreendimentos cujo público alvo fosse as famílias de renda mais baixa, diante dos meios de que dispunham para obtenção de financiamentos residenciais até 2009.

Essa falta de interesse baseava-se na pouca projeção de lucro de tal empreendimento uma vez que o público de baixa renda possuía pouca capacidade de pagamento, pouca ou nenhuma poupança acumulada e era muito difícil encontrar um preço que fosse capaz de atrair tanto empreendedores quanto as famílias, fazendo com que o perfil destes consumidores não se adequasse às exigências do mercado até aquele momento.

O PMCMV atingiu seus objetivos em sua primeira fase (até dezembro de 2010) com mais de um milhão de moradias e segundo o 9º Balanço do PAC, entre 2011 e 2013 foram investidos R\$328,1 bilhões no eixo Minha Casa Minha Vida, o que

proporcionou a entrega de 1,51 milhão de moradias, beneficiando mais de cinco milhões de brasileiros e as contratações somam 3,24 milhões de unidades.

Após a exposição do programa, faz-se necessário analisar seu contexto histórico e econômico, uma vez que este está inserido no período imediatamente após a instauração da crise de 2008, considerada por muitos autores como a pior desde a crise de 1929.

A crise de 2008 eclodiu em meio à crise imobiliária dos EUA, e seu ápice foi a falência do Lehman Brothers, um tradicional banco de investimentos e que, ao ser acompanhada por uma sequência de falências em instituições ao redor do mundo, ficou conhecida como a crise dos *subprimes*. (JARDIM, 2013)

Prevalecendo a ideia de livre mercado, os governos não interferiram, contrariamente, estimularam-na através de pacotes fiscais que favoreciam a especulação e aumentava gravidade da crise.

Apesar deste cenário, entre 2005 e 2010 a geração de emprego no setor de construção cresceu num ritmo de 5% ao ano no Brasil, graças ao Programa Minha Casa Minha Vida. (JARDIM E PORCIONATO, 2014)

Um dos aspectos mais fortes evidenciados pela crise de 2008 foi a nova visão intervencionista adotada pelo governo, uma vez que a ideia de que o mercado se autorregularia mostrou-se ilusória.

A estratégia que marca esse período é investir no mercado interno para que esse possa suprir o desequilíbrio externo e assim reduzir os impactos da crise internamente, seguindo as recomendações dos dirigentes brasileiros que afirmavam que o país compensaria a retração do mercado mundial através do fortalecimento do mercado doméstico.

1.1 OBJETIVO

1.1.1 OBJETIVO GERAL

Considerando o exposto acima, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o Programa Minha Casa Minha Vida, implantado em 2009, pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, mostrando quais foram suas principais consequências econômicas,

traçando discussões sobre possível contribuição deste programa para que o país superasse a crise econômica de 2008.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para que seja possível alcançar o objetivo proposto de forma completa alguns objetivos específicos foram definidos, tais como:

- Analisar o programa em si, demonstrando suas características e resultados obtidos
- Analisar, através da grande mídia, como os vários participantes desse processo foram afetados: indústrias, construtoras, população beneficiada e governo.
- Estudar o governo Lula, período em que se instala o programa, buscando entender quais seus pontos característicos levaram à implantação e ao sucesso do programa.
- Realizar a prosopografia dos responsáveis pelo programa, buscando a relação entre suas experiências pessoais e a instalação do programa.

1.2 MÉTODO

O método desse trabalho é a Sociologia Econômica que aparece como uma alternativa à teoria econômica e seus estudos clássicos, conceituando o mercado como uma importante, e em alguns casos, como a principal instituição. A sociologia econômica promove uma análise sociológica dos mercados e sua construção social, baseada nas ideias de seus autores clássicos, como Durkheim, Weber e Simmel que afirmavam que não existe um mercado único, e sim “mercados” e que estes não se consolidam independentemente da sociedade, pois são formados por indivíduos que se distanciam do conceito de homo racional adotado pelos economistas e cujas decisões são influenciadas pela cultura e formação simbólica que possuem. (JARDIM E CAMPOS, 2012)

Dessa forma, a sociologia econômica é usada para questionar as ideias de racionalidade e do *homo economicus* que, como conceitos econômicos consolidados, são inspirações para desenhos de políticas públicas do país e que estas, tendem a neutralizar as variáveis do mundo social (culturais, sociais, políticas e simbólicas) em detrimento das variáveis econômicas.

Mais concretamente, a inspiração dessa pesquisa vem da leitura de artigo publicado na revista Dados, em 2013, de Maria Chaves Jardim, sobre as estratégias do governo diante da crise.

1.2.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para esse estudo, foi realizada revisão bibliográfica sobre Neodesenvolvimentismo, Crise Financeira, Políticas Públicas em Parceria com o Setor Privado, além da análise de dados disponíveis nos sites das instituições envolvidas no programa e sites da União.

Foi realizado também o mapeamento da comissão federal responsável pela implantação do Programa Minha Casa Minha Vida e para o tratamento dos dados aplicar-se-á a técnica da prosopografia.

A prosopografia, que também é considerada por historiadores modernos como uma biografia coletiva ou uma análise de carreiras, tem despontado como uma das mais valiosas técnicas para pesquisadores históricos e é definida como a investigação das características comuns de determinado grupo através do estudo coletivo de suas vidas.

As diversas informações coletadas sobre os indivíduos são justapostas e analisadas em conjunto, buscando variáveis com alguma significância para o objeto de estudo. Finalmente, o grande propósito do uso da prosopografia como metodologia de pesquisa é buscar um sentido na ação política, ou em mudanças ideológicas e culturais, além de realizar a descrição e análise da estrutura da sociedade e seus movimentos. (STONE, 2011)

Nossa metodologia foi a pesquisa de campo, pautada em pesquisas realizadas através de publicações da grande mídia e este estudo buscou responder como o Programa Minha Casa Minha Vida foi usado na crise de 2008.

1.3 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

Essa monografia está dividida em três capítulos, a saber:

No capítulo I, denominado Introdução, foi apresentado os objetivos, o método, a metodologia e a estrutura dessa monografia.

No capítulo II, será apresentado o Governo Lula, responsável pela implantação do Programa, e também o Neodesenvolvimentismo, como uma nova política econômica, além do PAC, onde está inserido o Programa Minha Casa Minha Vida.

No capítulo III, será feita uma exposição da crise financeira internacional e das estratégias que o governo usou para superá-las, será apresentado também o Programa Minha Casa Minha Vida, as diferentes perspectivas dos agentes que pertencem ao contexto e os impactos do programa na economia.

Na conclusão retomaremos o objetivo e apresentaremos de forma resumida os resultados obtidos.

2. SEÇÃO 2: O GOVERNO LULA E SEU MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo será apresentado o Governo Lula, levando em consideração as políticas adotadas nas diferentes fases dos seus dois mandatos, além de demonstrar suas características mais marcantes e seus feitos. Trataremos também do neodesenvolvimentismo, conceito desenvolvido pelos estudiosos do governo Lula, que consideram que o governo ressignifica a ideia de desenvolvimentismo.

Em seguida será apresentado o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, onde está inserido o Programa Minha Casa Minha Vida, mostrando sua importância para o crescimento do país e, por fim, analisaremos a crise financeira de 2008, mostrando seu auge e consequências e como o Governo Lula buscou superá-la.

2.1 O GOVERNO LULA

O governo Lula tem sido alvo de muitos estudos nacionais e internacionais. Marcado por programas sociais, salários mais altos, acesso dos mais pobres à linha de crédito e geração de empregos. A melhoria na vida da população brasileira de um modo geral, tanto em moradia, como em educação e infraestrutura se deve aos programas implementados durante o governo Lula, os quais são criticados pela oposição. Veja abaixo a afirmação de Anderson sobre o tema:

“Mas é verdade que, sob condições democráticas, ser mais popular no final do que no início de um prolongado período no poder é raro. Ainda mais raro — aparentemente até mesmo inédito — e que tal popularidade seja reflexo, não de diminuição ou moderação, mas de uma radicalização no governo. Hoje, existe apenas um governante no mundo que pode reivindicar tal conquista, o ex-operário que em janeiro deixou a presidência do Brasil com uma aprovação de 80%

dos cidadãos. Por qualquer critério, Luiz Inácio da Silva e o político mais bem sucedido de seu tempo”.

(ANDERSON, 2011)

Perry Anderson (2011) afirma ainda que esse sucesso se deve ao conjunto de dons pessoais, que misturam sensibilidade social a frio cálculo político, que são somados à sua personalidade carismática e a organização com dimensões nacionais.

Os oito anos de mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva somaram o mais rápido crescimento econômico com a maior redução da pobreza em toda a história do Brasil. As estimativas apontam para a redução do número de pobres de 50 milhões para 30 milhões em apenas seis anos¹.

Os programas do governo Lula não são focados unicamente na renda, tendo aumentado significativamente os gastos com educação e o número de estudantes nas Universidades desde 2005. Ele atendia às necessidades da classe mais pobre.

Sendo assim, apesar da dominação das finanças nesse período, o Estado coordenou os mercados, promovendo a produção de bens e serviços através de empresas estatais e também de parcerias com o capital privado, implantando projetos financiados pelo mercado financeiro (fundos de pensão e BNDES, títulos públicos e investimentos diretos) e também, coordenando certa regulamentação, “domesticação” e/ou “moralização” do mercado financeiro). (Jardim 2007; Jardim 2009; Jardim 2010).

Lula reduziu ainda mais a inflação, até mesmo quando estimulava o consumo, apresentando a “nova via ideológica” que somava a estabilidade de preços e a expansão do mercado interno. (ANDERSON, 2011)

É na época de Lula que o governo volta a se preocupar com a política industrial e lança o documento PITCE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior) que posteriormente originou a PDP (Política de Desenvolvimento Produtivo) cujos objetivos eram defender o setor industrial e impulsionar a competitividade da indústria brasileira. (LOPREATO, 2015)

¹ *The Economist*, 03/07/2010. Estimativas de Marcelo Neri (FGV) e Ricardo Paes de Barros (Ipea).

No mercado de ações, a Bovespa teve um crescimento de 523%, superando as demais bolsas de valores do mundo entre 2002 e 2010 e passando a representar um dos maiores complexos de mercado de futuros, commodities e títulos do mundo².

Temos também a volta dos incentivos e benefícios fiscais em defesa do crescimento, sustentando os setores que possuíam demanda agregada insuficiente no momento em que o país é atingido pela crise internacional, ramos industriais da PDP e impulsionando setores específicos, como Minha Casa Minha Vida (MCMV), a indústria naval e outros. (LOPREATO, 2015)

Os relatórios oficiais apontam para a diminuição da desigualdade, com o índice Gini a 0,58 no início do mandato de Lula para 0,538 no final, levando cerca de 25 milhões de pessoas à categoria dos brasileiros de classe média, que a partir disso passou a representar a maioria da nação (ANDERSON, 2011)

Luís Inácio Lula da Silva chega ao final de seu segundo mandato, em dezembro de 2010 com recordes de popularidade, sendo a sua administração aprovada por 87% da população, segundo pesquisas do Ibope.

De acordo com o IBGE, entre 2003 e 2006 houve queda na taxa de desemprego e o número de pessoas contratadas com carteira assinada cresceu mais de 985 mil, enquanto que os empregos sem carteira assinada tiveram queda de 3,1%.

Pochmann (2010) mostra que o modo como o governo Lula relacionou-se com a crise financeira evitou problemas, como os gerados pela crise de 1998. Prova disso são os indicadores sociais desse período, que explicitam o aumento do número de postos de trabalho (995 mil vagas em 2009), o aumento do salário mínimo em 5,9% o aumento do número de beneficiários da Bolsa Família ao longo de 2009, a regressão da taxa de inflação de 5,9%, em 2008, para 4,3%, em 2009. Concluimos então que, apesar da crise, ocorreu no país a diminuição da desigualdade social e redução da pobreza. (POCHMANN, 2010).

Segundo Jardim (2009), trata-se de uma relação híbrida e complexa que supera a leitura neoliberal, pois o governo Lula fortaleceu o braço direito do Estado (finanças, setor bancário) ao mesmo tempo em que fortaleceu também seu braço esquerdo (os programas sociais tais como Bolsa Família, PROUNI, PRONAF, entre outros) através, principalmente, das Parcerias Público Privadas e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse modelo de desenvolvimento tem sido chamado de neoliberal

² “Uma era de ouro para a Bolsa”. *O Globo*, 04/10/2010; suplemento do *Financial Times* sobre “The NewBrazil”, 29/06/2010, p. 30.

por alguns autores, tais como Santos (2010), Plínio de Arruda Sampaio Jr (2007) e neoliberalismo por outros. Por outro lado, também tem recebido a denominação de neodesenvolvimentismo. Na nossa perspectiva, o governo está mais próximo do neodesenvolvimentismo do que do neoliberalismo, motivo que iremos aprofundar tal tema no próximo item.

2.2 O NEODESENVOLVIMENTISMO

No início do governo Lula houve a manutenção das políticas macroeconômicas adotadas pelo governo anterior (FHC) que eram sustentadas pelo tripé: política monetária marcada pelas metas de inflação, câmbio flutuante e a política fiscal voltada para o superávit primário; que são denominadas medidas neoliberais.

Essas políticas ditas neoliberais recebiam inúmeras críticas, principalmente por serem associadas às reformas institucionais dos anos 90 que tiveram como resultado uma grande liberalização comercial, desregulamentação financeira e significativa abertura da conta de capitais. (MORAIS E SAAD-FILHO, 2011)

Surgem então propostas concretas para uma nova política macroeconômica e de ações institucionais como as políticas industrial, creditícia e de comércio exterior, que fossem capazes de substituir as políticas neoliberais, que passou a receber de seus autores o nome de “novo-desenvolvimentismo” ou “neodesenvolvimentismo”.

Denominamos “novo desenvolvimentismo” a estratégia nacional de desenvolvimento apropriada para nosso tempo, e “macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”, o resultado do esforço em adicionar ao estruturalismo uma abordagem mais sistemática de macroeconomia do desenvolvimento.

(MACROECONOMIA ESTRUTURALISTA DO
DESENVOLVIMENTO Luiz Carlos Bresser-Pereira e Paulo Gala)

A denominação “novo-desenvolvimentismo” designa um conjunto de políticas econômicas que servem como alternativas às políticas neoliberais e foi introduzida por

Bresser-Pereira. O novo-desenvolvimentismo não é uma alternativa apenas às políticas neoliberais, mas também ao “velho desenvolvimentismo” que se define como uma industrialização regida pelo modelo de substituição de importações e que se baseava na proteção do mercado interno e na intervenção estatal nos setores de infraestrutura e de insumos básicos. (Sicsú, Paula e Michel, 2007).

Sicsú, Paula e Michel (2007) afirmam ainda que no caso do Brasil, a substituição de importações falhou, pois não foi acompanhada de uma absorção tecnológica, e incutiu nos empresários domésticos uma mentalidade protecionista, uma vez que o protecionismo tarifário foi generalizado e temporalmente ilimitado. Os autores afirmam também que a baixa incorporação do progresso técnico foi uma característica comum nos processos de industrialização da América Latina, que levaram a uma elevação reduzida da produtividade e um crescimento com desigualdade social.

Considera-se que o novo-desenvolvimentismo possui duas fontes teóricas. Uma que provém de Keynes e de economistas contemporâneos como P. Davidson e J. Stiglitz, que inspira a complementariedade entre Estado e mercado. E outra fonte que é o neoestruturalismo cepalino, que conta com Fernando Fajnzylber, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano e que inspira a competitividade internacional por meio da incorporação do progresso técnico além da necessidade do desenvolvimento ser acompanhado por melhoras na equidade social. (Sicsú, Paula e Michel, 2005, p. XXXIV).

Para esses autores, o novo-desenvolvimentismo reúne quatro teses, são elas:

1. Não há mercado forte sem Estado forte;
2. Não haverá crescimento sustentado [...] sem o fortalecimento do Estado e do mercado e sem implementação de políticas macroeconômicas adequadas;
3. Mercado e Estados fortes somente serão construídos por um projeto nacional de desenvolvimento que compatibilize crescimento com equidade social; e
4. Não é possível [reduzir] a desigualdade sem crescimento econômico a taxas elevadas e continuadas” (Sicsú, Paula e Michel, 2005, p. XXXV).

Sob esse ponto de vista, temos que o Estado para ser considerado um “Estado forte” deve conseguir regular os mercados. Esses autores rejeitam também o pressuposto neoliberal de que a racionalidade individual é sempre o melhor para a sociedade.

Para eles, um “mercado forte” deve englobar pequenas e grandes empresas e ainda assim se manter aberto à concorrência e possuir equidade de oportunidades tanto

aos produtores quanto aos consumidores, condições que só podem ser garantidas pela regulação estatal (e não endogenamente pelo mercado).

Bresser-Pereira (2006) apresenta o novo-desenvolvimentismo de uma forma diferente dessas apresentadas até então, colocando-o como uma estratégia de desenvolvimento alternativa não só ao “populismo” latino-americano como também à ortodoxia convencional, representada pelo Consenso de Washington. Essa nova abordagem situa-se entre o que afirma o discurso do nacional-desenvolvimentismo (velho-desenvolvimentismo) e a ortodoxia convencional.

Nessa abordagem, o novo-desenvolvimentismo aparece como um conjunto de propostas para reformas institucionais e de políticas econômicas que seria usado pelas nações de desenvolvimento médio para alcançar os países desenvolvidos. É baseado na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento.

Para Bresser-Pereira, é dessa forma que países como o Brasil podem competir com sucesso com os países ricos, e, aos poucos, alcançá-los, pois, esse conjunto de ideias permite às nações em desenvolvimento não aceitar as propostas e pressões externas, na medida em que essas propostas tentam neutralizar seu desenvolvimento.

O autor afirma ainda que o novo-desenvolvimentismo rejeita o protecionismo perene e o crescimento via demanda oriunda de um *déficit* público crônico e defende o desenvolvimento atrelado à renda:

Há desenvolvimento econômico quando a renda por habitante cresce em função do aumento da produtividade e o bem-estar da população melhora; há desenvolvimento social quando a distribuição da renda entre as classes e raças torna-se mais igual; há desenvolvimento cultural quando o nível de educação aumenta e quando a Nação se liberta da dependência ideológica de nações mais ricas e poderosas; há desenvolvimento político quando aumenta a liberdade dos cidadãos (i. e., a democracia se afirma) e aumenta a liberdade da Nação (i. e., a Nação ganha autonomia)

(BRESSER-PEREIRA, 2007, 65)

A melhor forma de perceber as principais mudanças do neodesenvolvimentismo é compará-las às medidas ortodoxas:

Tabela 1: Ortodoxia Convencional x Novo Desenvolvimentismo

Ortodoxia Convencional	Novo desenvolvimentismo
1. Não tem papel econômico para a nação.	1. A nação é o agente responsável pela definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento
2. As instituições fundamentais para o crescimento são a garantia dos direitos de propriedade e dos contratos.	2. A instituição chave para o crescimento é uma estratégia nacional de desenvolvimento.
3. Reformas devem reduzir o tamanho do Estado e desregular os mercados.	3. Reformas devem fortalecer o Estado e os mercados – estes devendo ser bem regulados.
4. O Estado não deve realizar política industrial, nem política de redistribuição.	4. Política industrial deve ser limitada e estratégica. Grande papel na distribuição da renda.
5. Não existem tendências estruturais a neutralizar.	5. Neutralizar tendência à sobreapreciação da moeda e a salários crescerem menos que produtividade.
6. O crescimento deve ser financiado em boa medida por poupanças externas.	6. O crescimento deve se basear em poupança interna.
7. O banco central tem um único mandato: a inflação. Outros objetivos devem ser buscados pelo restante do governo.	7. O governo e o banco central têm três mandatos: a inflação, a taxa de câmbio e o emprego – os três essenciais para o desenvolvimento.
8. O padrão fiscal deve ser definido em termos de superávit primário.	8. O padrão fiscal deve ser definido de forma mais rigorosa em termos de déficit público e poupança pública.
9. A taxa de câmbio deve ser flutuante: não deve haver nem meta, nem política para a taxa de câmbio.	9. A taxa de câmbio deve ser flutuante mas administrada; o objetivo é a taxa de câmbio de equilíbrio industrial.
10. O banco central e o governo dispõem de um único mandato cada um: respectivamente a taxa de juros de curto prazo e a política fiscal.	10. O banco central e o governo podem, adicionalmente, comprar reservas, impor controles de capital, etc.
11. Política de rendas não é necessária ou desejável.	11. Política de salário mínimo e de rendas deve contribuir para que salários cresçam com a produtividade.

Fonte: MACROECONOMIA ESTRUTURALISTA DO DESENVOLVIMENTO. Luiz Carlos Bresser-Pereira e Paulo Gala.

Para que se possa competir no contexto da globalização, os países devem possuir sua própria estratégia nacional de desenvolvimento para que estimule o investimento e a poupança. Essa estratégia é denominada de novo desenvolvimentismo. (BRESSER-PEREIRA E GALA, 2010)

É com base nessa proposta que o governo Lula passou a adotar, a partir de 2006 novas medidas que se misturavam com as medidas neoliberais e estabelecia-se assim

uma política econômica híbrida, que foi característica do governo Lula até 2010, o fim de seu mandato. (MORAIS E SAAD-FILHO, 2011).

O neodesenvolvimentismo possui, no governo Lula, uma representação singular: o PAC, pois ele engloba um Estado planejador, coordenador das relações, mas não central, que se difere do neodesenvolvimentismo proposto por Bresser ao se tratar de um Estado que negocia com as instituições do capitalismo.

Segundo Jardim e Silva, o PAC faria parte das estratégias neodesenvolvimentistas, e é sobre ele que falaremos a seguir.

2.3 O PAC

O PAC é o Programa de Aceleração do Crescimento que foi instituído em 2007, durante o segundo mandato do governo Lula, que possibilitou o resgate do planejamento e promoveu obras de infraestrutura nas diversas áreas (social, urbana, logística e energética), levando o país a um desenvolvimento sustentável e, como propõe o seu nome, acelerado.

Criado com base na retomada não só do planejamento, mas também dos investimentos, seu objetivos são: “consolidar a agenda de desenvolvimento econômico e social, acelerar o crescimento da economia, estimulando o investimento, o mercado de massa e implementando um amplo programa de infraestrutura, aumentar o emprego e a renda e diminuir as desigualdades sociais e regionais e manter os fundamentos macroeconômicos (inflação, consistência fiscal e solidez nas contas externas).” (RELATÓRIO MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2008)

Este era o cenário nacional na criação do Programa de Aceleração do Crescimento:

Tabela 2: Cenário do PAC

Ministério da Fazenda				
CENÁRIO DO PAC				
CENÁRIO DO PAC	2007 (PAC)	2007 (Realizado)	2008 PAC	2008 (Realizado)
Taxa SELIC nominal	12,2%	11,9%	11,4%	12,5%
Taxa de Inflação	4,1%	4,46%	4,5%	5,90%
Taxa de Crescimento Real do PIB *	4,5%	5,70%	5,0%	5,4%
Resultado Primário em % do PIB **	3,80%	3,91%	3,80%	4,56%
PIB antigo	4,25%		4,25%	
PPI em % do PIB	0,45%	0,14%	0,45%	0,23%
PIB antigo	0,50%		0,50%	
DLSP em % do PIB	43,4%	42,0%	41,2%	36,0%
PIB antigo	48,3%		45,8%	

Fonte: Balanço Macroeconômico do PAC 2007 a 2010 – Ministério da Fazenda.

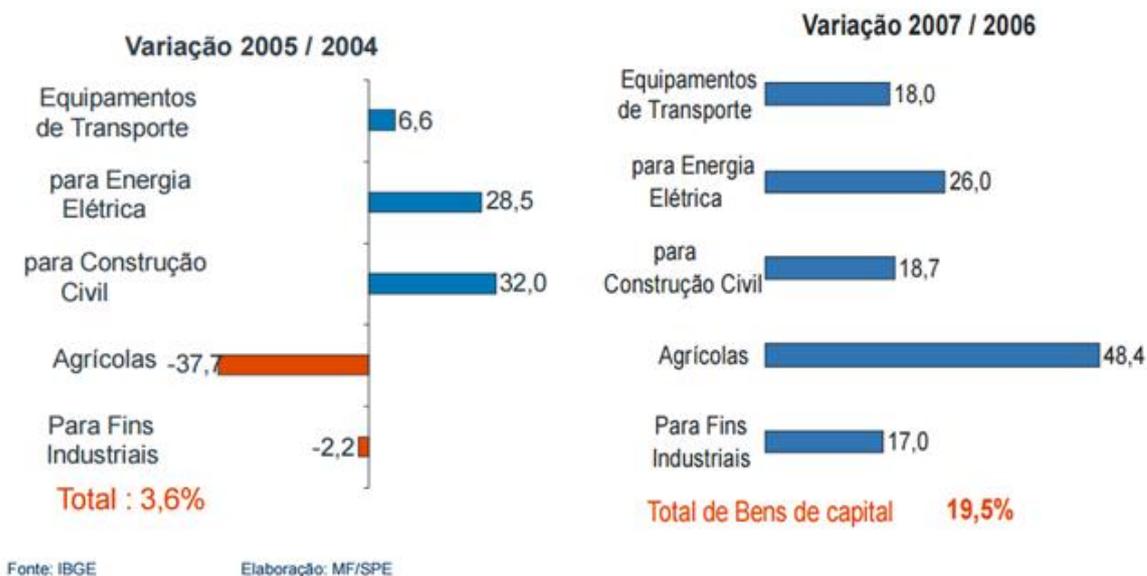
Na sua primeira etapa, que corresponde aos quatro anos iniciais do programa, o PAC contribuiu para os investimentos públicos brasileiros de tal modo que estes dobraram, pois em 2006 representavam 1,6% PIB e passaram a representar 3,27% em 2010, além da geração de 8,2 milhões de postos de trabalho nesse período. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO)

Sua importância na crise de 2008 não se deve apenas a essa geração de empregos e renda acima citada, pois o PAC também garantiu que o consumo de bens e serviços fosse mantido, fazendo com que a economia permanecesse em movimento e reduzindo assim, os efeitos da crise nas empresas do país.

No quadro abaixo podemos ver o crescimento da produção de bens de capital nos variados setores da economia brasileira:

Gráfico 1: Cresce a Produção de Bens de Capital direcionados a todos os setores da economia

Cresce a Produção de Bens de Capital direcionados para todos os setores da economia



O PAC também tem como objetivo a desoneração de tributos para que sirva de incentivo aos investimentos no país. O programa prevê essa redução nos setores de semicondutores, equipamentos aplicados a TV digital, microcomputadores, perfis de aço, insumos e serviços das obras de infraestrutura. (Site do PAC)

O programa engloba ainda medidas fiscais para o longo prazo, através de controle da folha de pagamentos e tornando mais modernos os processos de licitação, visando equilibrar os gastos públicos.

O PAC também tem sido apontado sob o aspecto de seu impacto psicológico, isto é, a autoestima proporcionada aos brasileiros ao perceberem que essa seria a primeira vez que o Estado se colocaria como articulador central no Brasil. Sendo assim, o PAC é uma nova forma de relacionar Estado e mercado, sem os quais seria impossível o desenvolvimento de uma sociedade.

Porém o Programa também pode ser analisado como uma forma de acentuar o neoliberalismo uma vez que possibilita que o capital privado comercialize serviços básicos, como o saneamento, habitação, transportes, entre outros. O governo utilizou instituições financeiras, como os fundos de pensão em políticas públicas, que proporcionaram emprego e renda às famílias mais necessitadas. (JARDIM, 2007)

Para a CUT o PAC, com seus investimentos estratégicos, coloca o Estado como condutor e promotor do desenvolvimento do país. Ele é julgado assim, como um plano positivo.

Para o secretário-geral da CUT, Quintino Severo, “a questão fundamental que se coloca com o PAC é a capacidade de o Estado voltar a investir, passando a ser um Estado forte, indutor do desenvolvimento econômico (...) e isso é tudo o que os neoliberais não querem, pois lucram com a fragilidade do setor público”.

O PAC apesar de ser alvo de críticas, tem o apoio das centrais sindicais que veem nele uma nova perspectiva do Estado brasileiro que passa a intervir na geração de emprego, na efetivação da infraestrutura do país e na redistribuição de renda. Vale ressaltar que o PAC proporciona emprego para cidadãos abaixo ou na linha da pobreza, beneficiários do programa Bolsa Família.

O PAC se define como um conjunto de políticas econômicas que visa promover o desenvolvimento econômico acelerando a economia, aumentando o emprego e assim proporcionando melhores condições para a população brasileira.

As metas propostas pelo PAC envolvem a expansão significativa da taxa de investimento, sendo que esta expansão se concretizaria em grande parte pelo setor produtivo privado (empresas, fundos de investimento do mercado financeiro, fundos de pensão, empreiteiras) em parceria com o setor público (Governo Federal, Estados e municípios).

Esse programa pretende ir além dos setores produtivos, levando benefícios sociais a todo o país e isso se torna ainda mais claro no PAC 2, que é a continuidade do PAC no governo Dilma Rousseff.

Dentre os setores participantes do programa, os que mais merecem destaque são os setores de habitação, hidrovia e rodovia, que superaram os investimentos previstos. Onde grande parte dos avanços do setor de habitação se deve ao programa *Minha Casa Minha Vida*.

Após apresentar o governo Lula, sua opção econômica, o neodesenvolvimentismo, e seu programa de aceleração do crescimento, no qual está inserido o Programa Minha Casa Minha Vida, passaremos a um primeiro olhar sobre a crise. Em nossa hipótese, o Programa Minha Casa Minha Vida foi utilizado como estratégia anticíclica diante da crise.

3. SEÇÃO 3: A CRISE ECONÔMICA E FINANCEIRA E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA COMO MEDIDA ANTICÍCLICA.

Esse capítulo apresentará a crise financeira e as estratégias do governo para driblá-la, especialmente o Programa Minha Casa Minha Vida.

Em seguida, abordaremos o Programa Minha Casa Minha Vida, demonstrando suas regras, objetivos e principalmente seus impactos. Serão apresentadas as diferentes perspectivas dos agentes sobre o programa, dentre eles estão os beneficiados dos programas, dirigentes de empresas relacionadas ao setor da habitação e membros do governo.

Ao final desse capítulo, teremos a demonstração do que mudou na economia depois da implantação do Programa para podermos concluir se, de fato, o Programa Minha Casa Minha Vida auxiliou o Brasil no enfrentamento da crise de 2008.

3.1 A CRISE DE 2008

A crise de 2008 eclodiu em meio à crise imobiliária dos Estados Unidos, acompanhada por uma sequência de falências em instituições ao redor do mundo e ficou conhecida como a crise dos *subprimes*.

O empréstimo *subprime* foi uma inovação financeira e proporcionou a obtenção da casa própria às pessoas que, sem ele, não tinham nenhuma expectativa de obter sua moradia. As hipotecas *subprimes* eram a solução de financiamento da casa própria à parcela da população que sequer imaginava essa conquista. (GRUN, 2010)

A crise imobiliária americana foi somada a outros fatores que se apresentavam simultaneamente, como a Guerra do Iraque, desemprego, problemas na educação e saúde (nos EUA), além da falência de grandes empresas automobilísticas e nos demais setores dentre eles o aéreo.

Prevalecendo a ideia de livre mercado, os governos não interferiram, contrariamente, estimularam-na através de pacotes fiscais que favoreciam a especulação

e que fizeram com que a crise de 2008 fosse considerada a maior crise desde 1929. (JARDIM, 2013)

Ainda em 2008, o ano do esgotamento imobiliário nos Estados Unidos, o Brasil apresentava índices bons até o terceiro trimestre, encerrando o ano com um aumento de 5,4% do PIB.

Porém, é a partir do quarto trimestre que a economia nacional apresenta queda nos índices, alcançando uma média de 2% negativos por trimestre, refletindo o impacto que a crise é capaz de causar em uma economia baseada na exportação de commodities, principalmente pela crise de demanda, fruto da queda das economias internacionais e da crise do crédito dos mercados de todo o mundo.

Como consequência da queda na demanda, não só os preços dos produtos brasileiros diminuem como os lucros dos exportadores, que passam a ter como única solução para este problema, a queda da produção, para que se possa diminuir a oferta e manter o preço.

Por outro lado, a crise de 2008 não teve efeitos apenas sobre os mercados, produtos e preços. Jorion (2009) apresenta a crise financeira como um marco para a crise da ciência econômica *mainstream*.

Essa crise conhecida como a crise dos *subprimes*, colocou em cheque alguns fundamentos como, por exemplo, a autorregulação dos mercados, fazendo com que, a medida que a crise avançava, ficasse provado que ela era muito mais que uma “flutuação cíclica” como se afirmava, revelando uma série de crises estruturais, que traziam à tona as ideias de John Maynard Keynes e Karl Marx questionavam a doutrina neoliberal e o Consenso de Washington.

Assim, diante desse cenário de crise e questionamentos, voltam à pauta temas como governança corporativa, transparência e fiscalização, sendo um consenso tanto entre os membros do governo, quanto dos membros da oposição que houvesse maior controle e fiscalização por parte do Estado.

Esse novo consenso cognitivo supõe a volta da intervenção estatal, colocando o Estado como o responsável pela integração, modernização e legitimação do capitalismo, intervindo nas atividades produtivas e no mercado. (JARDIM, 2013)

Trata-se, mesmo, do esfacelamento e do esgotamento de todo o aparato teórico-prático do que convencionamos chamar de “neoliberalismo”. A imposição dos dogmas do livre-mercado e da

autorregulação gerou, na verdade, o ambiente propício ao “ganho fácil” e à especulação das mega corporações multinacionais. A crise do modelo que ora desmorona impõe a necessidade de maior controle estatal e democrático da atividade econômica.

(Documento Unitário das Centrais Sindicais ao Presidente Lula, à Sociedade e aos Trabalhadores, de novembro de 2008)

O Estado coloca, então, em evidência, as instituições públicas (bancos, por exemplo) formando parcerias com instituições privadas, e tendo, como objetivo final a manutenção dos postos de trabalho, a circulação do dinheiro e o consumo das famílias. (JARDIM, 2013)

A crise de 2008 teve inúmeros e diversos efeitos que ainda não foram completamente mensurados até os dias atuais, levando-se em conta que a crise ainda não foi superada, alguns economistas afirmam até que o pior ainda não passou. Porém, pode se constatar que ocorreram mudanças no regime financeiro internacional. (CARDOTE, 2009)

Vejamos quais foram as estratégias utilizadas pelo governo diante da crise.

3.2 ESTRATÉGIAS DO GOVERNO PARA SUPERAR A CRISE

Os efeitos dessa crise tiveram repercussão global. A retração da economia dos Estados Unidos levou a uma queda da oferta de crédito internacional e do PIB mundial em torno de 3%³ em 2009 e instaurou medidas regulatórias e anticíclicas por todo o mundo.

No caso do Brasil, um dos aspectos mais fortes evidenciados pela crise de 2008 foi a nova visão intervencionista adotada pelo governo, uma vez que a ideia de que o

³ Segundo <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,fmi-rebaixa-previsao-do-pib-mundialem-2009-para-3,256106,0.htm>

mercado se autorregularia mostrou-se ilusória e levou à substituição da “mão invisível” pela “mão reguladora” do Estado.

O próprio Presidente, Lula, chegou a zombar do discurso de que o mercado poderia resolver tudo, afirmando que no momento de crise este tem que recorrer ao Estado. (O Estado de S. Paulo, 22/10/2008).

A estratégia que marca esse período é investir no mercado interno para que esse possa suprir o desequilíbrio externo e assim reduzir os impactos da crise internamente.

"O Brasil pode compensar a retração do mercado mundial pelo fortalecimento do mercado doméstico" (Mantega, Inovação Unicamp, 29/8/2008).

A resposta brasileira para a crise foi rápida. O governo adotou medidas de expansão do crédito pelos bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES), para que a retração do setor privado pudesse ser compensada. Houve também a criação de medidas para apoiar os setores que estavam com dificuldades. E o governo além de manter os investimentos em infraestrutura previstos no PAC, mobilizou a Petrobrás para que mantivesse seus investimentos. (JARDIM, 2013)

Para que o mercado interno pudesse se desenvolver, foi implantada a redução de diversos tipos de impostos sobre produtos industrializados – IPI - para estimular o consumo, favorecendo os setores de materiais de construção, as montadoras e a linha branca dos eletrodomésticos.

Assim, era estimulado não só o consumo, mas também o emprego. Fomentou-se o microcrédito através dos bancos públicos, houve a extensão das funções do BNDES passando a englobar pequenas e médias empresas em suas ações e a criação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, do qual faz parte o PMCMV) sendo somados aos programas sociais que foram mantidos e ampliados. (JARDIM, 2013)

A distribuição de renda também foi um dos pilares dessa nova postura do governo, que durante a crise manteve constantes os aumentos do salário mínimo que haviam começado em 2006. Esses aumentos se traduziram em maior poder de compra da população e, conseqüentemente, serviram de estímulo para o mercado e indústria nacionais.

Foi essa política de Estado rígida e orquestrada que possibilitou a manutenção da economia brasileira neste período, porém, somada a um ponto fundamental: o otimismo de Lula. Quando o presidente afirma que a crise começou um tsunami no exterior e que chegaria aqui como uma “marolinha” e conseguiu fazer valer suas palavras, ele manteve

a expectativa positiva dos brasileiros, que continuaram consumindo, fazendo com que a demanda fosse mantida. (ANDERSON, 2011)

Assim, a forma como o governo Lula tratou a crise financeira evitou maiores dificuldades, como ocorreu em muitos países e permitiu indicadores sociais positivos para esse período como o aumento dos postos de trabalho (995 mil vagas em 2009), o aumento do salário mínimo (5,9%), a redução da taxa de inflação, que passou de 5,9% em 2008 para 4,3% em 2009 mostrando que apesar do cenário em que o país se encontrava, houve diminuição das desigualdades sociais e da pobreza. (POCHMANN, 2010).

Podemos constatar que essas mudanças de ações são frutos não apenas de opções políticas, mas de estratégias advindas da visão de mundo dos membros que comandaram o país no período de crise e de sua compreensão, (GRÜN, 2013), sendo estas, sustentadas cognitivamente e culturalmente, que demonstram mudanças nas ideias dos membros de governo, que partem de um modelo de finanças mais livres e menos reguladas para um modelo regulador e de fiscalização dos mercados (JARDIM, 2013)

Por fim, é diante desse conjunto de estratégias que surge o Programa Minha Casa Minha vida, objeto de estudo desse trabalho e cuja importância é justificada no Projeto de Medida Provisória de sua criação, citada abaixo:

De fato, diante do cenário de crise financeira mundial com o recrudescimento de seus impactos negativos sobre a atividade econômica, renda e nível de emprego do País é premente a necessidade de adoção de medidas de natureza anticíclicas no curto prazo, principalmente aquelas que possam garantir a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda e a manutenção do nível de atividade econômica.

As atuais restrições de crédito, ainda que por um período curto, podem gerar problemas no setor produtivo com consequências danosas para a economia nacional, sendo oportuna, portanto, a criação de mecanismo que reduza o risco de crédito associado às operações de financiamento habitacional, incentive o retorno dos empréstimos e viabilize a continuidade dos

investimentos, principalmente no setor da construção civil, grande gerador emprego e renda às camadas de menor poder aquisitivo.

(E.M. Interministerial nº 33 /2009/MF/MJ/MP/MMA/MCidades Brasília, 24 de março de 2009)⁴

Portanto, foi combinando parcerias público-privadas para que pudesse reduzir a pobreza, melhorar a distribuição de renda e aumentar os investimentos públicos e do mercado interno, que o governo Lula respondeu de forma eficiente à crise de 2008. Apesar dos conflitos teóricos há tempos discutidos pela ciência econômica, os indicadores sociais desse período trazem otimismo, mostrando o crescimento do emprego, do consumo, e dos investimentos em infraestrutura, por meio do PAC. E é como parte do PAC que o programa Minha Casa Minha vida surge como uma das estratégias para sair da crise, conforme nossa hipótese. A seguir, apresentamos o programa minha casa minha vida, que na nossa perspectiva foi utilizado como estratégia para driblar a crise financeira.

3.3 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Trata-se de um programa participante do Programa Nacional de Habitação que acontece em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos. Sua proposta é oferecer facilidades, dentre elas, descontos, subsídios e redução do valor de seguros habitacionais, para famílias com até R\$5.000,00 de renda bruta.

Em sua criação, o programa previa a concessão de crédito a famílias com renda de até dez salários mínimos mensais e estes deveriam ser distribuídos de forma proporcional ao déficit habitacional das unidades federativas e estimular a construção civil. (KOPPER, 2013)

⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Exm/EMI-33-MF-MJ-MP-MMA-Mcidades-09-Mpv-459.htm.

O Programa Minha Casa Minha Vida possibilita o financiamento de imóveis em até 30 anos e possui formatos e taxas que diferem de acordo com a renda comprovada pelo beneficiário.

Famílias com renda de 3 a 5 salários mínimos – Juros de 5% ao ano além da TR;

Famílias com renda de 3 a 6 salários mínimos – Juros de 6% ao ano;

Famílias com renda de 6 a 10 salários mínimos – Juros com 8,16% ao ano e TR.

O Programa Minha Casa Minha Vida também estende-se aos moradores da zona rural, aos quais oferece a possibilidade de adquirir materiais de construção para reformar ou construir nova moradia. As famílias contempladas devem possuir renda bruta anual de até R\$ 15.000,00 ou rendimentos entre R\$ 15.000,01 e R\$60.000,00 por ano.

O Programa Minha Casa Minha Vida é administrado pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades e tem a Caixa Econômica Federal como um de seus principais agentes operadores

O Programa Minha Casa Minha Vida estimula o cooperativismo e a participação da população, os cidadãos podem se cadastrar no programa através de movimentos sociais sem fins lucrativos, tais como: cooperativa habitacional e associação ou entidade privada sem fins lucrativos. O marco jurídico do Programa é a Lei n 11.977, de 7 de Julho de 2009. Vejamos.

Segue artigo:

“Art. 1o O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos, ou seja, R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscientos e cinquenta reais) cuja meta é oferecer, no triênio 2009/2011, um milhão de moradias, e compreende os seguintes subprogramas: (Redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011)

I - o Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU; e (Redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011)

II - o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR. (Redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011) (Ministério das Cidades, pg. 1)”.

De acordo com a Caixa Econômica Federal, principal instituição distribuidora dos recursos do programa, o investimento era de aproximadamente R\$ 34 bilhões, e este recurso deveria ser o suficiente para construção de um milhão de casas.

Para atingir a meta de um milhão de moradias para os brasileiros, foram liberados R\$ 34 bilhões de reais para a construção e financiamento das residências, que deveriam subdividir-se assim:

R\$ 16 bilhões, subsídio direto para a construção de moradias;

R\$ 10 bilhões, subsídios para financiamento através do FGTS, sendo R\$ 7,5 bilhões do FGTS e R\$2,5 bilhões do orçamento;

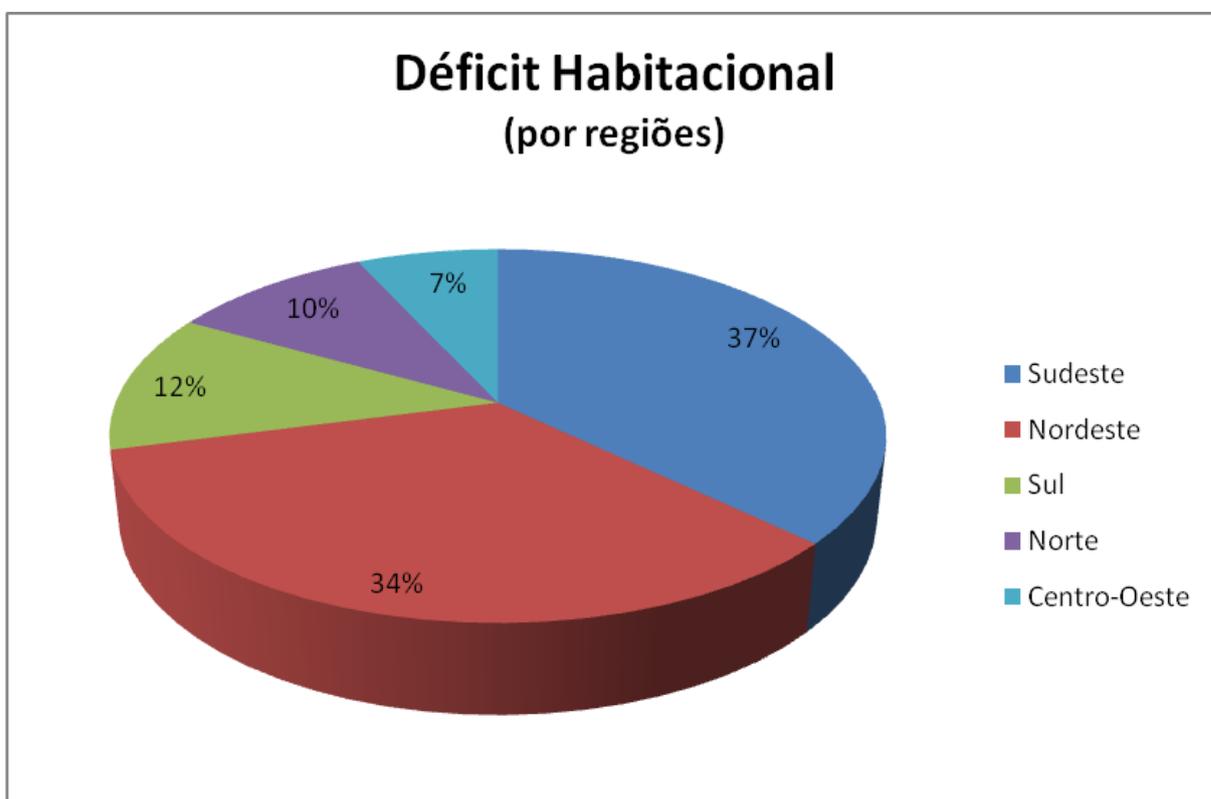
R\$ 5 bilhões, financiamento à infraestrutura;

R\$ 2 bilhões, fundo garantidor em financiamentos através do FGTS;

R\$ 1 bilhão, financiamento à cadeia produtiva.

Esses recursos se distribuíram baseados no déficit habitacional das regiões brasileiras, que de acordo com os dados do IBGE/ PNAD 2007 se dividem assim:

Gráfico 2: Déficit Habitacional



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/PNAD 2007.

Em sua primeira fase, referente ao Governo Lula (2009 – 2010), o Programa Minha Casa Minha Vida teve como meta a viabilização de um milhão de moradias e estas deveriam se dividir nas três faixas de renda da seguinte forma:

Faixa 1 – 400 mil moradias destinadas a famílias com renda até três salários mínimos;

Faixa 2 – 400 mil para famílias com renda entre três e seis salários mínimos;

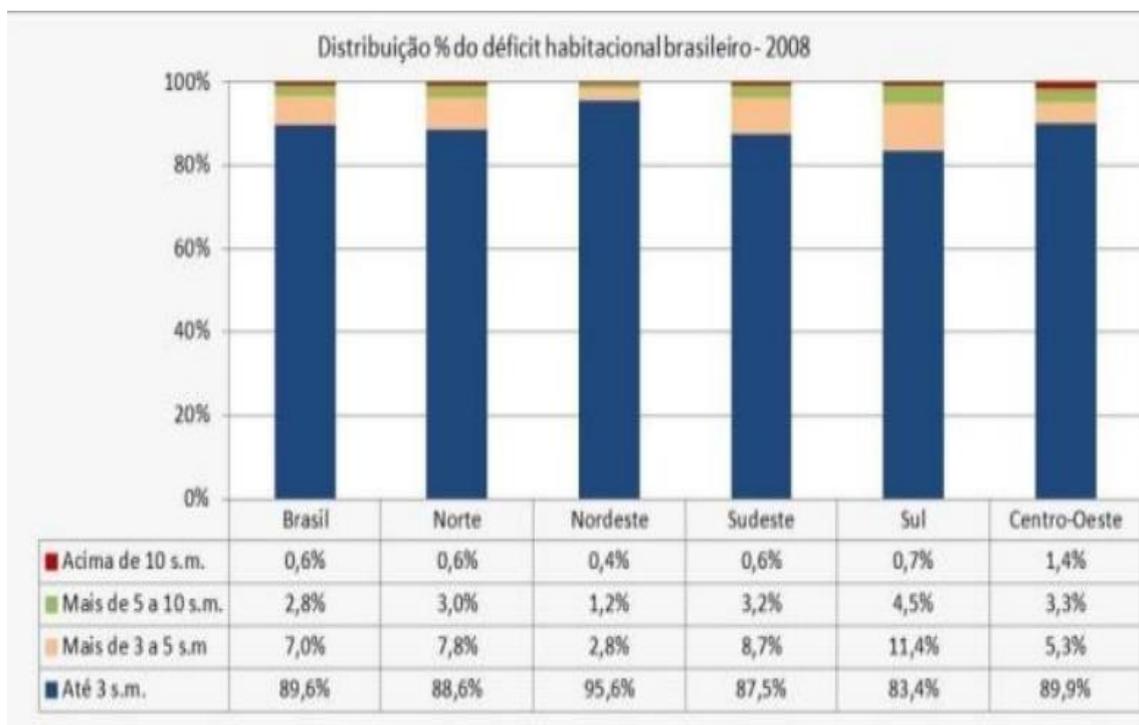
Faixa 3 – 200 mil para famílias com renda entre seis e dez salários mínimos.

(MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010, p.23).

De acordo com os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2008, o déficit habitacional daquele ano era de 5,5 milhões de domicílios, sendo que destes, 4,6 milhões, que correspondem a 85%, localizavam-se nas áreas urbanas. Esse déficit está presente mais intensamente nas famílias que possuem renda na faixa de até três salários mínimos, que representam 89,6% do total. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011, p.29,37).

No gráfico abaixo podemos observar as porcentagens do déficit habitacional em cada faixa do programa, divididas por regiões:

Gráfico 3: Distribuição % do déficit habitacional brasileiro - 2008



Fonte: Relatório de Auditoria Programa Minha Casa Minha Vida do Tribunal de Contas da União.

O Programa Minha Casa Minha Vida, ao fazer parte do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), acelerou a criação de Parcerias Públicas Privadas como forma de implantar as medidas anticíclicas na política monetária, que se faziam necessárias diante da crise econômica.

O programa Minha Casa Minha Vida é um exemplo das alianças estabelecidas entre mercado e estado no Brasil, que ajudam a construir o mercado de trabalho. Nesse caso, as construtoras e empreiteiras representam o mercado, que após passar pelos devidos trâmites legais, fecham contrato com o Estado, passando a ser responsabilizados pela entrega das moradias e pelo recrutamento da mão-de-obra, que ocorre através do *Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal (CadÚnico)*, que é um banco de dados dos beneficiários do programa Bolsa Família (JARDIM E PORCIONATO, 2014).

O primeiro impacto gerado pelo Programa MCMV foi a elevação do volume de crédito destinado a aquisição e construção de moradias, associada a queda dos juros do financiamento pela Caixa. (KOPPER, 2013).

Outro importante impacto advindo do Programa foi a criação do Fundo Garantidor da Habitação, que garantia o pagamento das parcelas em caso de inadimplência devido à perda do emprego e outras casualidades, fazendo com que as classes que antes ficavam de fora do público-alvo das empreiteiras, se tornassem agora clientes potenciais.

A Caixa Econômica Federal também foi impactada com o Programa como afirma em seu Relatório de Administração:

“a CAIXA baixou juros, reduziu tarifas, ampliou a base de clientes e o número de produtos disponíveis e encontrou no ganho de escala a compensação pelas taxas e tarifas menores”.

Essas mudanças fizeram com que a instituição atingisse um lucro de 6,1 bilhões em 2012, que significa um aumento de 17% quando comparado a 2011. (CAIXA, 2012).

O programa leva em consideração o Trabalho Técnico Social (TTS), cujo objetivo é realizar ações de caráter informativo e educativo, buscam promover a participação dos cidadãos e organizar a população, contribuindo até mesmo com a gestão condominial e comunitária. O TTS terá como referência o perfil dos

beneficiados, englobando informações não só do responsável, mas também da composição familiar e das demandas das famílias nas mais variadas áreas, como saúde, educação, lazer e atendimentos especiais, buscando assim, a melhor forma de adequar as propostas ao público atendido.

No próximo subitem apresentaremos dados biográficos dos atores que fizeram parte da implantação do programa *minha casa, minha vida*, buscando entender relações entre biografia e opções políticas.

Essa hipótese que relaciona biografia de vida e opção política, é fortemente inspirada no conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (2008), cujo conceito foi desenvolvido a partir da necessidade que o autor teve de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionantes sociais; ou seja, para Bourdieu, a visão de mundo (sentido dado ao mundo social) de um agente é constituída socialmente; assim, a trajetória individual dos agentes ajuda a orientar seu *habitus*, que são pré-disposições incorporadas pelos sujeitos sociais ao longo de seu processo de socialização. Nesse contexto, o *habitus* integra experiências passadas e atua como uma matriz de percepções, de apreciações, de ações, de gosto e de tomadas de decisões. Essa “matriz”, ou conjunto de disposições, fornece esquemas necessários para a intervenção dos agentes sociais na vida diária. Conforme trata o autor, essas disposições não são fixas. Ademais, não são nem a personalidade e nem a identidade dos indivíduos: “*habitus* é um operador, uma matriz de percepção e não uma identidade ou uma subjetividade fixa” (BOURDIEU, 2002, p. 83).

Portanto, sendo produto da história, o *habitus* é um sistema de disposições aberto, permanentemente afrontado a experiências novas e permanentemente afetado por elas. Ele é durável, mas não imutável (BOURDIEU, 2002, p. 83). Baseando-se nas contribuições de Bourdieu (2002), podemos definir o conceito de *habitus* como um instrumento conceitual que nos auxilia a pensar a relação e a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos. Trata-se de um conceito que permite visualizar uma constante transformação, já que *habitus* não é destino; é uma noção que auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação, ora consciente ora inconsciente. Nesse sentido, o *habitus* é uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas. É nessa perspectiva que o conceito de *habitus* nos auxiliará a entender as escolhas políticas dos gestores do Programa Minha Casa Minha Vida.

3.4 PROSOPOGRAFIA

Tabela 3: Mapeamento da Comissão que Implantou o Programa Minha Casa Minha Vida.

<u>NOME</u>	<u>NASCIMENTO</u>	<u>FORMAÇÃO</u>	<u>PROFISSÃO</u>	<u>CARGO OCUPADO</u>	<u>PARTIDO POLÍTICO</u>
Luiz Inácio Lula da Silva	27 de outubro de 1945, Caetés Pernambuco.	Curso Técnico	Torneiro Mecânico	Presidente da República	Partido dos Trabalhadores – PT
Tarso Genro	6 de março de 1947, São Borja, Rio Grande do Sul	Graduado, especialista em Direito Trabalhista	Advogado	Ministro da Justiça	Partido dos Trabalhadores – PT
Guido Mantega	7 de abril de 1949, Génova, Itália	Graduado em Economia, Doutor em Sociologia	Economista	Ministro da Fazenda	Partido dos Trabalhadores – PT
Paulo Bernardo Silva	10 de março de 1952, São Paulo, São Paulo	Curso Superior Incompleto	Bancário	Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.	Partido dos Trabalhadores – PT
Carlos Minc	12 de julho de 1951, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Graduado, Mestre, Doutor em Economia do Desenvolvimento	Economista	Ministro do Meio Ambiente.	Partido dos Trabalhadores – PT
Marcio Fortes de Almeida	10 de março de 1952, São Paulo, São Paulo	Graduado, Doutor em Direito Público, Diplomata.	Advogado	Ministro das Cidades.	Partido Progressista – PP

Como mostram os dados, os atores que implantaram o programa possuem formação considerada Heterodoxa, ou seja, outsiders a doxa dominantes, que estaria na perspectiva da ciência econômica mais tradicional.

TRAJETÓRIAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA:

Luiz Inácio Lula da Silva

Começou a trabalhar desde muito pequeno, como ambulante aos 8 anos, tendo passado pelas atividades de engraxate e metalúrgico antes de entrar para o meio político. Sua vida política é iniciada diante de um convite para ocupar uma vaga de suplente na diretoria do sindicato que viria a ser eleita no início de 1969. Já considerado um líder sindical, em 1975, Lula assume a presidência do sindicato. Tomado como um dos maiores opositores da política do país, em 1980, Lula passa a comandar inúmeras greves que acabaram por leva-lo para a cadeia por 31 dias. Como primeiro presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Lula participou das Diretas Já em 1983, foi eleito deputado federal em 1986, e após três tentativas, foi eleito Presidente da República em 27 de novembro de 2002.

Tarso Genro

Sua carreira política teve início com sua eleição como vereador em Santa Maria em 1968. Trabalhou como jornalista, sendo crítico de literatura e também porta-voz do Partido Revolucionário Comunista (PRC) entre 1972 e meados da década de 1980. Foi eleito vice-prefeito de Porto Alegre em 1988, já filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Atuou como deputado federal nos anos 1989 e 1990. Em 2002 comandou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e em 2004 passou para o Ministério da Educação. Confirmada a reeleição de Lula, em 2006, Tarso Genro é escalado para o Ministério das Relações Institucionais e posteriormente, em 2007, torna-se ministro da Justiça, onde ficou até 2010, quando renunciou do cargo para se tornar governador do Rio Grande do Sul.

Guido Mantega

Trabalhou como assessor econômico de Lula desde 1993, participou na coordenação do programa econômico do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002, com a eleição de Lula foi integrado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e

posteriormente nomeado Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2006, assumiu o Ministério da Fazenda.

Paulo Bernardo Silva

Sua carreira política teve início através do sindicalismo, onde foi membro da diretoria do Sindicato dos Bancários do Paraná. Foi eleito três vezes deputado federal pelo Paraná. Entre 1999 e 2000 ocupou o cargo de Secretário da Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul e Secretário da Fazenda da Prefeitura de Londrina em 2001. Na gestão de Lula, em 2005, torna-se Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Carlos Minc

Sua vida política começou cedo, aos 18 anos quando se tornou vice-presidente da AMES – Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas durante a ditadura militar. Militou contra o regime, tendo sido preso em 1969. Foi um dos fundadores do Partido Verde (PV) e deputado estadual em 1986. Em 1989 rompeu com o Partido Verde e passou a apoiar Lula, integrando-se ao PT. Elegeu-se deputado estadual mais cinco vezes, nos anos de 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006. Foi Secretário do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro em 2006 e em 2008 tornou-se Ministro do Meio Ambiente.

Marcio Fortes de Almeida

Foi secretário executivo do Ministério de Minas e Energia no governo Collor e ministro na gestão de Itamar Franco. Exerceu a presidência do Conselho de Administração de muitas estatais. Foi novamente secretário-executivo, desta vez do Ministério da Agricultura no governo de Fernando Henrique Cardoso e secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento no governo Lula, posteriormente, em 2005, assumiu o Ministério das Cidades.

Visando responder ao item 2 dos objetivos, o próximo item apresentará um mapeamento a partir de dados coletados na grande imprensa sobre o Programa. O

objetivo e mostrar discursos divergentes e críticas em relação ao discurso do governo, exposto anteriormente.

Os membros do programa minha casa minha vida, seriam, na perspectiva de Bourdieu, os dominados do campo, já que possuem origem social popular ou classe média. Os dominantes seriam os estabelecidos no espaço da política, aqueles que já nasceram numa origem de “sobrenome”.

Percebemos também que aqueles que realizaram ensino superior, o fizeram em perspectiva heterodoxa (sociologia, economia não *mainstream*).

No próximo item abordaremos depoimentos sobre o Programa. O objetivo é tentar entender a performatividade do programa na sociedade. E como consequência, as opções políticas dos gestores da crise via PMCMV.

3.5 PERSPECTIVAS

As tabelas abaixo buscam mostrar o Programa Minha Casa Minha Vida sob perspectivas distintas, mostrando como o governo, as empresas e os beneficiados foram afetados. Coletamos dados referentes aos anos de 2009 e 2010. Após cada tabela, apresentamos uma síntese do conteúdo exposto.

Tabela 4: Depoimentos sobre o Programa Minha Casa Minha Vida em 2009.

<u>Veículo</u>	<u>Data</u>	<u>Autor</u>	<u>Posicionamento</u>
Jornal Folha de São Paulo	25 de março	Ministro da Fazenda, Guido Mantega	" O PIB crescerá 2% a mais com o Programa Minha Casa Minha vida, podemos crescer muito, com solidez e sem risco, fazendo uma política anticíclica e anti-recessiva."
Jornal Folha de São Paulo	25 de março	Presidente do Sinduscon – SP, Sergio Watanabe	"O programa habitacional é robusto e bem estruturado. Essa injeção de recursos não só vai provocar um crescimento do PIB da construção como vai alavancar o número de postos de trabalho"
Jornal Folha de São Paulo	26 de março	Moradora do Jardim Piracuama-Geralda Pereira	"Não quero sair daqui. Imagina! Não troco isso aqui mas nem...Minha vida é aqui, a escola da filha é ali"

Jornal Folha de São Paulo	26 de março	Morador do Jardim Piracuama- Valmir Joaquim de Souza	"Eu mesmo construí minha casa. Aqui tenho todo espaço possível e liberdade para fazer o que quiser, com vista maravilhosa. Você vai para um CDHU e dependendo do apartamento fica preso, parece uma gaiola"
Jornal Folha de São Paulo	27 de março	Presidente da República – Lula	"Esse programa tem foco" ao responder às acusações da oposição de usar o Programa Minha Casa Minha Vida para tirar o foco da crise e promover a campanha à presidência da ministra Dilma Roussef.
	13 de abril		Início das operações do Programa
Jornal Estadão	17 de abril	Secretário de Habitação de São Paulo, Lair Krähenbühl	"Só com a nossa participação será possível atender a população com renda de até três salários mínimos" ao pedir repasse de verbas do Programa para as Prefeituras e Estados e não só para a iniciativa privada.
Jornal Folha de São Paulo	23 de abril	PSDB - Administração Serra	O estado de São Paulo recusa-se a aderir o pacote habitacional, pedindo alteração nas regras, para que haja repasse direto para o CDHU.
Jornal Folha de São Paulo	23 de abril	Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães	"Não haverá nenhum repasse de verba para que Estados e municípios façam a construção dos imóveis. Já há 1 bilhão de recursos do PAC disponível para a CDHU."
Jornal Estadão	28 de abril	Vice presidente da Aneac, Frederico Valverde	"Arquitetos, engenheiros e advogados entraram em greve e mais de 80% da categoria já paralisou as atividades, interrompendo os trabalhos de análise de projetos de financiamento, inclusive os do PAC, financiamento habitacional e o Programa Minha Casa Minha Vida."
Jornal Folha de São Paulo	30 de abril	Vice presidente da Caixa, Jorge Hereda	"Todos os estados e capitais já manifestaram intenção de aderir ao programa." Sobre a adesão do pacote habitacional pelo Estado de São Paulo
	20 de maio		Aprovação da Medida Provisória que cria o programa habitacional Minha casa minha vida

Jornal Valor Econômico	17 de agosto	Presidente da República – Lula	Há "duas esperanças" contidas no programa "Minha Casa, Minha Vida": a de ter uma casa e a de ter um emprego, em decorrência das obras de construção civil.
Jornal Valor Econômico	14 de setembro	Presidente da Amanco, Marise Barroso	"Houve recorde de produção em todas as nossas unidades em agosto e governo colaborou muito para que a situação fosse de estabilidade" Comentando sobre o programa e as isenções do IPI
Jornal Valor Econômico	17 de setembro	Secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Machado	A criação de 242 mil empregos formais em agosto é um sinal claro da recuperação da economia brasileira
Jornal Valor Econômico	09 de novembro	Presidente da MRV, Rubens Menin	"O maior desafio passa pela construção, o problema não está nas vendas, mas na produção"
Jornal Valor Econômico	03 de dezembro	Vice presidente da Caixa, Jorge Hereda	"Estamos falando da melhor contratação da história do país. Esse ano foi muito bom. A crise não chegou para o crédito imobiliário na Caixa",
Jornal Valor Econômico	18 de dezembro	Ministro das Cidades, Márcio Fortes.	Cerca de 220 mil contratos já foram assinados no programa Minha Casa, Minha Vida, do governo Federal.
Jornal Estadão	22 de dezembro	Presidente da República – Lula	"Trago boas notícias. A primeira é a garantia de que o pior já passou. A segunda é a certeza de que a recuperação se dá de forma tão equilibrada que nossa economia vai sair da crise mais saudável do que entrou"

A tabela de 2009, ano de implantação do Programa Minha Casa Minha Vida, em ordem cronológica, nos mostra como as mudanças ocorreram. Marcado pelas incertezas e pelo medo da crise que acabava de se instalar no cenário internacional, no início de 2009 o Programa é alvo de questionamentos e, até mesmo rejeição. O fato que mais se destaca é a relutância dos próprios beneficiados em se mudarem de suas moradias, que muitas vezes estão localizadas em favelas ou áreas de risco.

Mesmo com contrapontos e reivindicações das oposições políticas do governo, no dia 20 de maio de 2009 é aprovada a Medida Provisória que cria o Programa Minha Casa Minha Vida.

Em pouco tempo as empresas começam a sentir os efeitos diretos do programa e passam a apresentar recordes de produção, ao mesmo tempo em que os cidadãos já percebem o aquecimento do mercado de trabalho e das vagas criadas.

Assim, ao final de 2009 já haviam sido feitas 220 mil contratações, a Caixa Econômica Federal se mostrava surpresa pelo que chamou de “melhor contratação da história do país” e o clima de tensão já se abrandava no Brasil, com a ideia de que a crise já havia passado.

Portanto, se no começo houve desconfiança, com o passar do tempo, tanto a sociedade quanto o mercado passam a apoiar as estratégias do governo.

Tabela 5: Depoimentos sobre o Programa Minha Casa Minha Vida em 2010.

Veículo	Data	Autor	Posicionamento
Jornal Folha de São Paulo	21 de janeiro	Presidente da Anamaco (Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção), Cláudio Conz	“As vendas de material de construção nas lojas do setor apresentaram alta de 4,2% em 2009, atingindo faturamento total de R\$ 45,04 bilhões(...), a alta -- que renovou o recorde de faturamento que pertencia a 2008-- foi "extraordinária"”
Jornal Folha de São Paulo	04 de fevereiro	Conselho Diretor da IABr (Instituto Aço Brasil)	“O consumo de aço no país deve apresentar alta de mais de 20% em 2010, e as empresas do setor planejam investimentos de quase US\$ 40 bilhões até 2016.”
Jornal Valor Econômico	23 de março	Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff	“Nosso governo acabou com a ficção de que o mercado pode dar conta de oferecer habitação para a população de baixa renda.”
Jornal Estadão	19 de abril	Diretor-presidente da Rodobens Negócios Imobiliários, Eduardo Gorayeb	“Para nós, parece que não houve crise (...) Hoje vendemos em uma semana o que levávamos meses para vender com um apelo de mídia brutal”

Jornal Estadão	18 de junho	Diretor-geral da Leroy Merlin, Alain Ryckeboer	“O Brasil é um mercado promissor e se tornou prioritário para os investimentos da companhia numa lista de 12 países (...) a Leroy Merlin vai investir R\$ 1 bilhão no País para chegar a 40 lojas até 2015.”
Jornal Valor Econômico	30 de setembro	Diretor de Negócios da GMK Incorporadora, André Kovari	“Os preços dos terrenos subiram de oito a dez vezes nos últimos anos na Barra Funda” – afirmação feita diante da decisão da empresa de investir em outras cidades, que não São Paulo.
Jornal Folha de São Paulo	24 de outubro	Agência Brasil	“A Prefeitura do Rio de Janeiro entregou 800 apartamentos novos a famílias que residiam nas áreas de risco, são unidades construídas por meio do programa Minha Casa Minha Vida em parceria com o município.”
Jornal Folha de São Paulo	16 de novembro	Presidente da Gafisa, Wilson Amaral	“A Gafisa apresentou lucro líquido de R\$ 116,6 milhões no terceiro semestre de 2010, valor 83% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado”
Jornal Folha de São Paulo	19 de novembro	Ministro do Trabalho, Carlos Lupi	“A meta de criação de empregos com carteira assinada, estipulada em 2,5 milhões de novas vagas, será cumprida com segurança. Até outubro o país acumula a geração de 2,406 milhões de empregos.”
Jornal Folha de São Paulo	29 de novembro	Ministro da Fazenda, Guido Mantega.	“O PIB do setor de construção teve um crescimento de 13%. É um setor que vem gerando empregos formais, que atende as necessidades da população brasileira e contribui para o investimento. (...) O governo vai continuar promovendo políticas de estímulos ao setor.”

Jornal Valor Econômico	07 de dezembro	SindusCon – SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil)	“A construção civil brasileira vai fechar 2010 com expansão de 11% em relação ao ano de 2009”
	29 de dezembro		O Programa Minha Casa Minha Vida atinge 1.003.000 moradias, cumprindo sua meta.

O ano de 2010 representou não só a consolidação do Programa Minha Casa Minha Vida, mas também um ano de balanço, de resultados, não só do programa mas também do governo que o criou e que chegava ao final de seu segundo mandato.

Muitas empresas, mesmo setores da economia, já mostravam grande aceitação, melhor ainda, adesão ao programa que já mostrava seus frutos. Empresas de materiais de construção e empreiteiras bateram recordes e apresentaram lucros expressivos.

Os cidadãos também foram afetados, diante da possibilidade que foi dada às classes sociais mais baixas, de ter sua própria casa. O programa também se mostrou muito útil diante das catástrofes naturais que atingiram o país nesse ano.

O Brasil passou essa imagem de estabilidade e crescimento em um cenário que a maioria dos países mostrava exatamente o oposto, fato que contribuiu para a entrada de investimento estrangeiro.

Assim, o Programa Minha Casa Minha Vida termina 2010 com a sensação de “dever cumprido” tendo alcançado a meta de contratação de 1 milhão de moradias e tendo gerado aproximadamente 2,5 milhões de empregos, mostrando que sua criação como medida anticíclica e anti-recessiva pode ser considerada um sucesso.

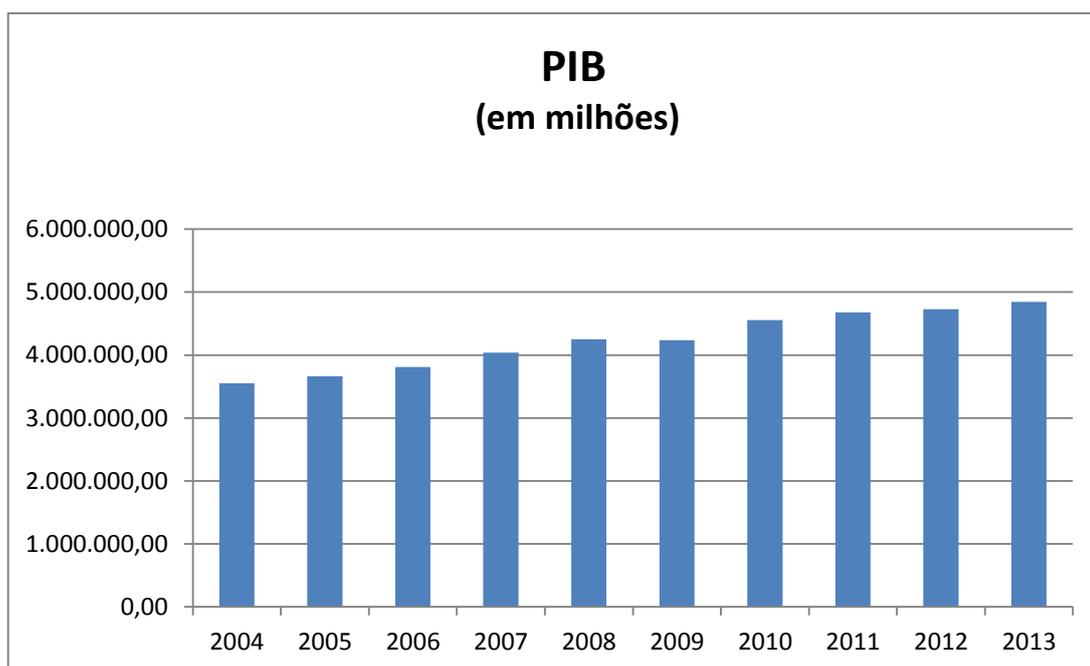
O próximo item mostra o que mudou na economia após as estratégias implantadas pelo governo.

3.6 REFLEXOS DA GESTÃO DA CRISE VIA PMCMV NA ECONOMIA

Marcelo Neri (2009) afirma que a crise internacional gerou uma estagnação na economia do Brasil em janeiro de 2009, mas, em seguida, apresenta-se uma tendência de recuperação dos indicadores. Mesmo as classes A e B, (famílias que possuem rendas

superiores a R\$ 4.800 por mês), que foi a faixa de renda que mais se prejudicou com a crise (-2,7%, somente em janeiro de 2009), presenciaram um aumento do grupo (15,63% da população estavam na classe A e B no final de 2007, contra 15,33% em dezembro de 2008). Diante desse cenário, algumas variáveis econômicas devem ser analisadas para que se possa concluir efetivamente os impactos da crise no Brasil e também os impactos dos Programas que surgiram como alternativa à essa crise.

Gráfico 4: PIB



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEA publicados em 2015.

O PIB – Produto Interno Bruto é um dos indicadores mais usados em macroeconomia e tem o objetivo de calcular a atividade econômica de um país, pois o índice representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos. Este pode ser calculado sob duas óticas: a oferta e a demanda. Pelo lado da demanda soma-se o consumo das famílias, os gastos do governo e os investimentos, enquanto o lado da oferta é composto pelos setores da indústria, agropecuária e de serviços.

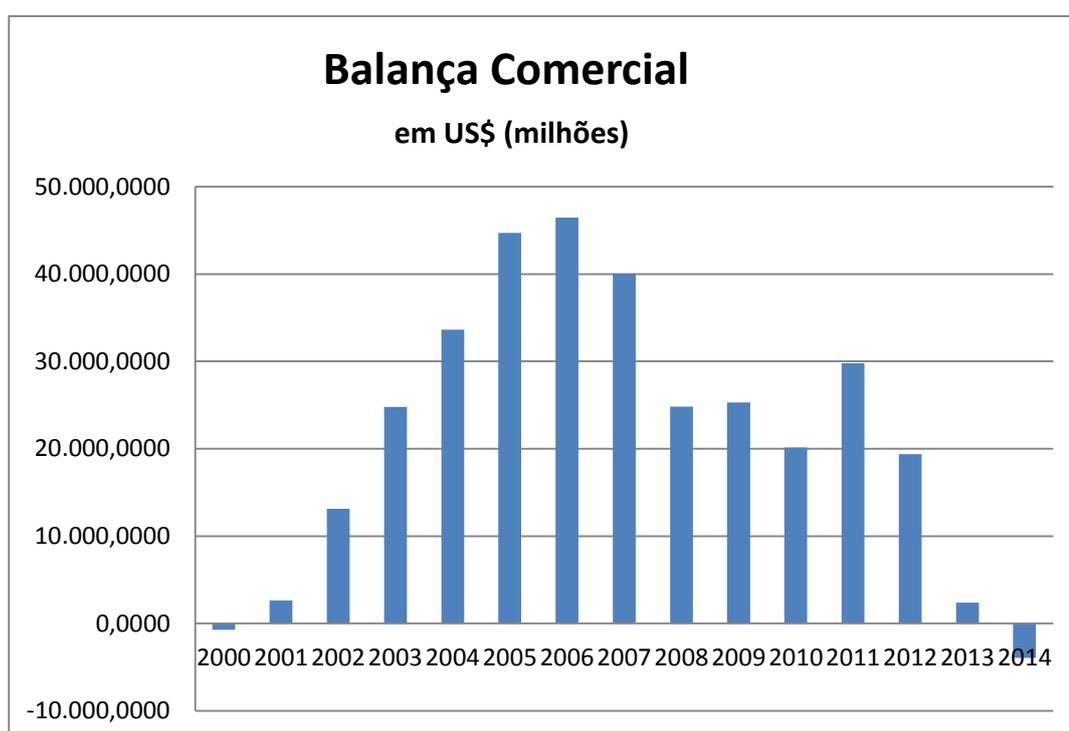
Em 2010, quem mais contribuiu para o PIB, dada a ótica da oferta, foi o setor industrial, que expandiu 10,1% em relação ao ano anterior, sendo que os grandes destaques foram o setor extrativo mineral (cresceu 15,7%) e a construção civil (

crescimento de 9,7%)⁵.

Segundo o IBGE, em 2010, ano que marca o fim do governo Lula, o PIB brasileiro alcançou R\$3,675 trilhões e apresentou um crescimento de 7,5%, maior que dos Estados Unidos (2,8%) e da União Européia (1,7%)

Esse resultado positivo advém das medidas adotadas pelo governo, como aumento dos gastos públicos, redução de impostos e a expansão do crédito, que foram responsáveis pelo aumento do consumo.

Gráfico 5: Balança Comercial



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEA publicados em 2015.

A balança comercial nos fornece o saldo das transações comerciais, sendo obtido através da subtração dos valores importados daqueles valores referentes à exportação.

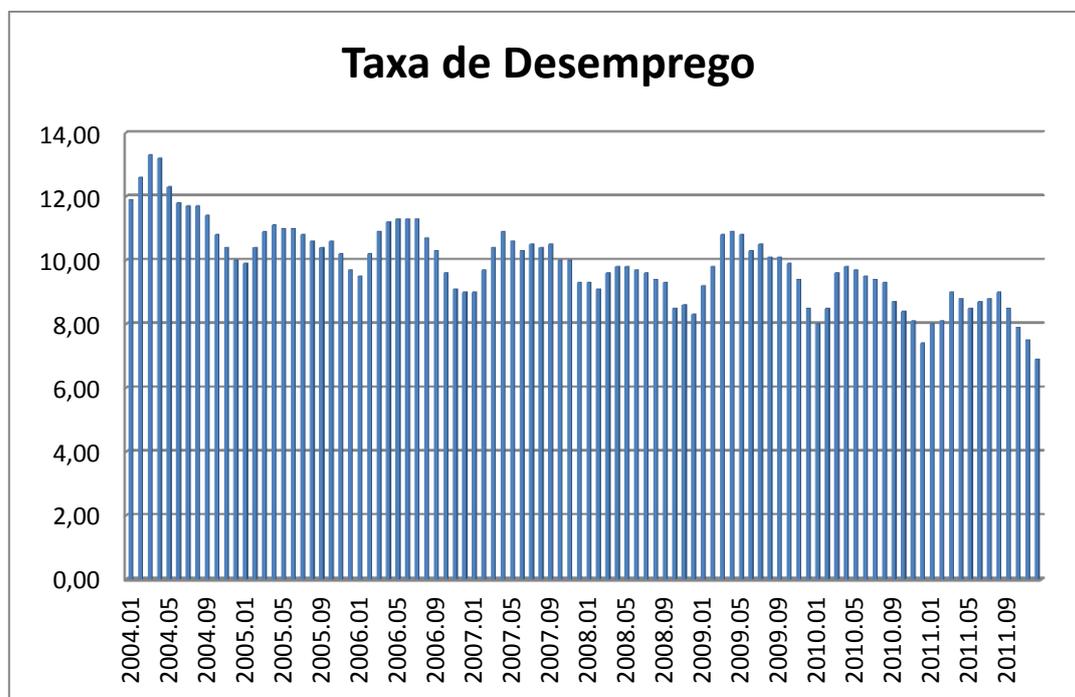
Se um país exporta mais bens e serviços do que importa, dizemos que existe um superávit, e no caso contrário, dizemos que há um déficit. Assim, podemos perceber a balança comercial brasileira teve superávits durante a crise e mesmo depois dela, (no

⁵ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/pib-brasileiro-fecha-2010-com-crescimento-de-75-maior-desde-1986-aponta-ibge-2815938>

período até 2013), porém, com uma redução do superávit entre 2008 e 2010. Isso se explica pelo cenário internacional desfavorável.

O Brasil é um país com alto número de *commodities*, logo, quando o mercado internacional está em crise, o país sente os reflexos diretamente, com a queda das exportações e em 2008 a crise afetou fortemente as grandes economias mundiais e tornou o cenário externo muito instável. Foi diante dessa situação, de redução do fluxo de exportação, que ocorreu mudança econômica do Brasil, que no momento seguinte à crise optou por focar no mercado interno - implantando o PAC e, como integrante dele, o Programa Minha Casa Minha Vida - proporcionando o movimento da economia dentro do país, como uma forma de reduzir os impactos da crise.

Gráfico 6: Taxa de Desemprego



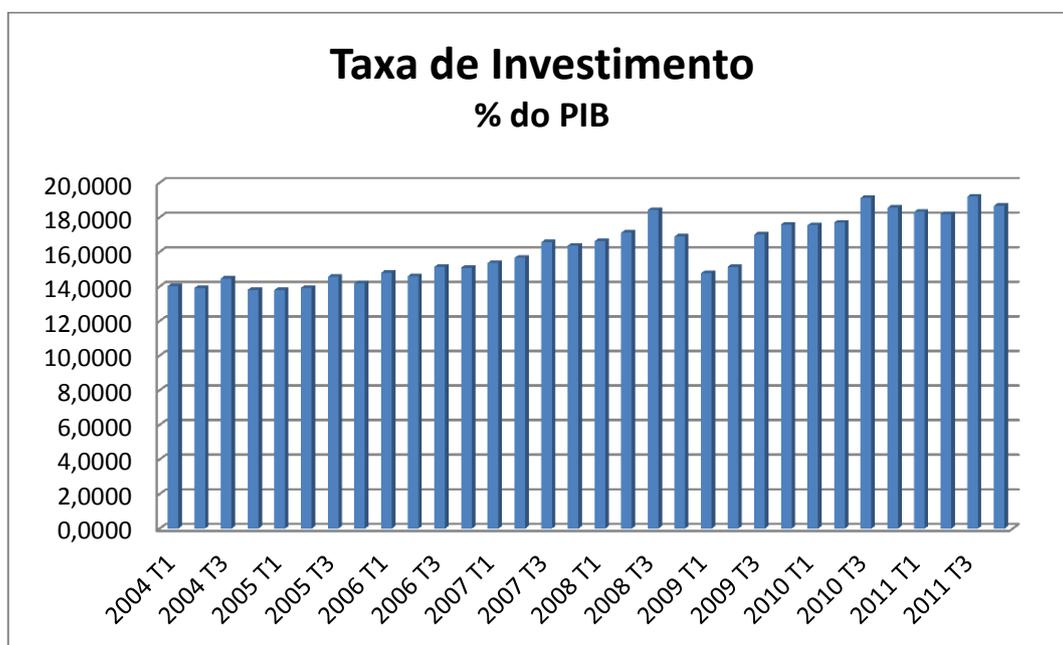
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEA publicados em 2015.

Outro importante ponto a ser analisado é o índice de desemprego. Com a crise econômica instalada em nível mundial, os países apresentaram índices de desempregos cada vez mais altos. Mesmo os países desenvolvidos não suportaram a crise e tiveram números desastrosos quando se trata do desemprego. Países europeus como a Grécia e a Espanha apresentaram taxas próximas de 20% e ainda em 2013 sofrem com a falta de empregos, visto que a taxa se aproximou de 30%. E o Brasil, surpreendendo as economias internacionais, de um modo geral conseguiu manter a taxa.

Como o gráfico acima mostra os dados mês a mês, podemos ver algumas quedas e aumentos durante os semestres, mas observando que a média geral se manteve, com reduções graduais da taxa de desemprego, mostrando que os programas cumpriram seu papel e mantiveram a mão-de-obra ocupada, mesmo num período que afetou tanto economias maiores e mais desenvolvidas que a brasileira.

Através do Programa Minha Casa Minha Vida o mercado da construção alcançou 11,3 milhões de empregos em 2010, o que representa 14% do total de ocupados na economia. Entre 2005 e 2010, a geração de emprego no setor cresceu num ritmo de 5% ao ano (Brasil, 2011).

Gráfico 7: Taxa de Investimento



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEA publicados em 2015.

A taxa de investimento é um importante objeto de análise, pois é a outra forma do país crescer, que não o consumo. É o investimento que faz o país se desenvolver e aumentar a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que inclui os bens de capital, que são máquinas e instalações que serão utilizadas para produzir outros bens.

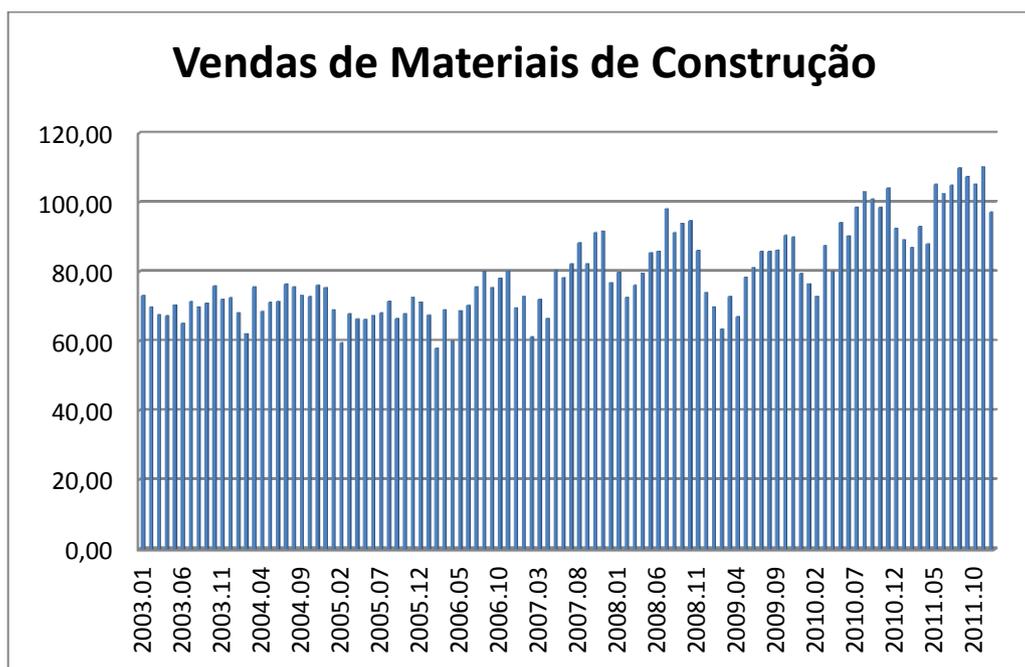
Outra importante informação a ser tirada desse gráfico é que o investimento está diretamente ligado à confiança do mercado. Quando uma economia dá sinais de queda, ou espera-se que isso ocorra, seja por crises econômicas, políticas ou outra instabilidade, os investidores tendem a retirar seu dinheiro. Em contrapartida uma

economia que demonstre estar saudável e em desenvolvimento recebe esses investimentos.

Sendo assim, o aumento na taxa de investimento nos mostra que o Brasil estava chamando a atenção internacionalmente por ser menos atingido pela crise do que os demais. No que diz respeito ao mercado interno, o presidente Lula fez discursos para que a confiança do consumidor não fosse afetada, como quando ele afirmou que a crise, que era um tsunami para os demais, aqui seria apenas uma “marolinha”, ele fez com que os consumidores acreditassem que a crise não chegaria aqui e continuassem a consumir.

Com isso, a taxa de investimento brasileira apresentou índices maiores no pós-crise do que os que vinha apresentando antes mesmo que ela se consolidasse, mostrando que quase 20% do nosso PIB é investimento.

Gráfico 8: Venda de Materiais de Construção



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEA publicados em 2015.

E, por último, podemos ver as vendas do setor de construção, que foi afetado diretamente pelo Programa Minha Casa Minha Vida e tem mostrado um crescimento contínuo e acelerado. Em 2010, a indústria de materiais de construção já tinha utilizado até o mês de novembro 91% da sua capacidade instalada, o que é considerado um recorde. Materiais como o cimento, até o mês de setembro deste ano tinha acumulado

um crescimento de 17%, e o do aço uma elevação de 19%.⁶ Um aumento nas vendas de um setor representa muito mais que os valores de lucro registrados pelas empresas, quando um setor está crescendo, as oportunidades de trabalho estão aumentando, o investimento está aumentando, e se está crescendo é por que o mercado consumidor também está aquecido, assim esse gráfico representa tudo que está por trás dele também, e as taxas anteriormente colocadas, ou seja, a economia em movimento.

Portanto, através dos dados econômicos apresentados durante esse capítulo, comprovamos que o Programa Minha Casa Minha Vida foi uma estratégia utilizada no enfrentamento da crise de 2008 e que seus efeitos foram sentidos em vários setores.

É através do Programa que o governo Lula pôde diminuir o déficit habitacional que era persistente no país, gerar novos empregos, melhorar os índices econômicos e manter uma economia estável, saudável economicamente, que passava confiança a seus cidadãos e investidores internos e externos.

⁶ Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/692565/construcao-civil-cresce-11-em-2010-diz-sinduscon-sp>.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise financeira de 2008 foi responsável por inúmeras mudanças que tomaram proporções globais, e acabaram alterando a economia e política de muitos países ao redor do mundo. Não se pode dizer que o Brasil saiu ileso dessa crise, porém teve seus efeitos minimizados. E o texto apresentado tratou de evidenciar os detalhes desse processo.

Assim, podemos considerar que a crise proporcionou uma mudança principalmente política no país, uma vez que o Estado começou a exercer um papel mais intervencionista.

O Brasil, país com grande número de *commodities* e, portanto, com grande dependência do mercado externo, vê-se obrigado a mudar suas estratégias adotadas até então, para que consiga atravessar esse momento adverso.

No decorrer deste trabalho pudemos perceber a criação do Programa Minha Casa Minha Vida como uma estratégia do governo diante do cenário que se instalava no Brasil, no ano de sua criação, subsequente à eclosão da crise financeira mundial.

O intuito principal do governo era o fortalecimento do mercado interno diante das constantes quedas que marcavam o mercado externo. E é nesse contexto que o Programa Minha Casa Minha Vida mostrou sua eficácia e potencial, servindo como um motor para economia no período em que o que predominava era a recessão.

O programa uniu sua capacidade de fazer a economia girar, através da produção de matéria-prima para as casas, por exemplo, e sua alta capacidade de absorver mão-de-obra à resolução de um problema que perdura no Brasil há muito tempo: o déficit habitacional.

Assim, esse trabalho apresentou o Programa Minha Casa Minha Vida como uma eficiente medida anti-cíclica, que aqueceu o mercado interno e manteve os cidadãos brasileiros empregados, deixando o Brasil em uma situação melhor que a de muitos países desenvolvidos. Ademais, reforça os argumentos da implantação do modelo econômico denominado neodesenvolvimentismo durante o governo Lula.

Podemos concluir então que o modelo de crescimento adotado pelo governo, que somava o crescimento econômico à melhoria da qualidade de vida da população foi eficiente, uma vez que, apesar de o país reduzir sua arrecadação fiscal diante das medidas de contenção, que podem ser classificadas como imediatas e eficazes, a

distribuição de renda aumentou, assim como o investimento público e o consumo interno foi mantido.

5.REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDERSON, Perry. *O Brasil de Lula*. Novos Estudos 91, novembro de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n91/a02n91.pdf> Acessado em: 12 de setembro de 2015.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Difel, 1989.

BRASIL. *Relatório PAC 2*, 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/pac-2/pac-2-relatorio-2>. Acessado em 13/02/2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2006) “De la Cepal y del Iseb a la teoría de la dependencia”, *Desarrollo Económico*, 183, outubro-dezembro: 419-440.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e Paulo GALA (2007) “Por que a poupança externa não promove o crescimento”, *Revista de Economia Política* 27 (1): janeiro: 3-19.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; Paulo GALA (2010) *Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento*. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7729/TD%20275%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf;jsessionid=6699E36822D8225559AE0DE11D0A9F5C?sequence=1>. Acessado em: 18/09/2015

CARDOTE, L.F.R. *A crise econômica de 2008: a interdependência econômica e as mudanças no regime financeiro internacional* Revista de Direito da Unigranrio <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rdugr> issn: 1984-7920 volume 2 – número 2 - 2009

GRÜN, Roberto. *A crise financeira, a guerra cultural e as transformações do espaço econômico brasileiros em 2009*. Dados, vol.53 nº 2, 2010

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística www.ibge.gov.br

JARDIM, M., C. *A Crise Financeira de 2008: Os Discursos e as Estratégias do Governo e dos Fundos de Pensão*, 2013.

JARDIM, M., C. Criação e gestão de fundos de pensão: novas estratégias sindicais. Artigo BIB 63, 2007 - Editora Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais

JARDIM, M., C.; CAMPOS, R., S. *A Construção social dos mercados e a crítica da Ciência Econômica*. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 4, n. 2, jan/jul. 2012.

JARDIM, M., C.; SILVA, M., R. *A violência simbólica exercida pelo Estado durante o Governo Lula: evidências empíricas a partir das PPPs e PAC*, 2013. (em julgamento).

JARDIM, M., C.; PORCIONATO, G. *O mercado de trabalho gerado via obras do PAC em Araraquara*, 2014.

JORION, PAUL. (2009), *La Crise du Capitalisme Américain*. Paris, Édition du Croquant.

KOPPER, Moisés. *A invenção da “Nova Classe Média” a partir do Mercado da Casa Própria: Etnografia dos processos de mobilidade social e espacial no Brasil contemporâneo*. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, setembro de 2013

LOPREATO, Francisco Luiz C. Aspectos da Atuação Estatal de FHC a Dilma, fevereiro/2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2039.pdf Acessado em: 29 de setembro de 2015.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria 93, de 24 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre a aquisição e alienação de imóveis sem prévio arrendamento no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial – PAR e do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Brasília, 2010a

MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. Déficit habitacional no Brasil 2008. Elaboração: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. Brasília, Ministério das Cidades, 2011.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Balanço Macroeconômico do Programa de Aceleração do Crescimento 2007- 2010. Disponível em: https://www.fazenda.gov.br/divulgacao/noticias/2008/junho/a040608_pac.

[pdf/at_download/file](#). Acessado em: 14 de setembro de 2015.

NERI, Marcelo Côrtes. (2010), *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro, FGV/CPS.

POCHMANN, Marcio. (2010), "A Virada de 2009". *Valor Econômico*, vol.1

SAAD-FILHO, A.; MORAIS, L. *Da economia política à política econômica: O novo-desenvolvimentismo e o governo Lula*. *Revista de Economia Política*, vol 31, nº4(124), pp 507-527, outubro-dezembro/2011.

SICSÚ, J. Especial para a Carta Maior. *Revista Carta Maior*. 16 de fev. 2007. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Apos-4-anos-governo-tenta-mudar-o-rumo/7/12590>. Acesso em: 08/10/2015

SICSÚ, J., PAULA, L. F. de; e MICHEL, R. (2005) 'Introdução', in: *Novo-Desenvolvimentismo: um Projeto Nacional de Crescimentos com Equidade Social*. Barueri-SP: Manole e Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

STONE, Lawrence. *Prosopografia I*. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a09v19n39.pdf>. Acessado em: 08/06/2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - Relatório de auditoria operacional no Programa Minha Casa Minha Vida – 2013. Disponível em: http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/hab_san_urb/idSisdoc_6807458v2-02%20-%20Instrucao_Processo_03356820120.pdf. Acessado: 16/03/2015.

Estratégias do Governo para Enfrentar a Crise (2008-2009)

Estratégia	Detalhes
Estímulo ao crédito/liquidez	<p>a) Redução dos compulsórios recolhidos do Banco Central;</p> <p>b) Ampliação do crédito para vários setores como o de exportação, agricultura, construção civil/habitação, indústria automobilística e outros, por instituições financeiras oficiais federais como o BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Em especial, houve recursos adicionais para o BNDES no valor de R\$ 100 bilhões para os anos de 2009 e 2010, por meio do caixa do governo, de captações feitas no exterior pelo Tesouro Nacional e pela capitalização do banco. Foram priorizados os investimentos nas áreas de gás e energia, os bens de capital e a infraestrutura, entre outros setores. Também garantiram os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e da Petrobras;</p> <p>c) Mudanças na regulamentação do sistema financeiro em caráter preventivo, como a permissão para o Banco Central para comprar carteiras de crédito de bancos em dificuldades no Brasil, bem como outras instituições financeiras oficiais federais, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, também foram autorizadas a adquirir participações em instituições financeiras no país sem passar por um processo de licitação;</p> <p>d) Leilões de moeda estrangeira feitos pelo Banco Central no mercado de câmbio entre outras medidas para garantir a liquidez no referido mercado e evitar, dessa forma, uma desvalorização muito acentuada do Real frente ao Dólar;</p> <p>e) Estabelecimento de uma linha de <i>swap</i> (troca) de Dólares americanos por Reais no valor de US\$ 30 bilhões, no final de outubro de 2008, pelo Banco Central do Brasil e pelo Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos).</p> <p>f) Ampliação das alternativas de aplicação das reservas internacionais do Brasil pelo Conselho Monetário Nacional, ficando o Banco Central autorizado a disponibilizar parte desse dinheiro, por meio dos bancos, para as empresas brasileiras que precisaram rolar financiamentos feitos no exterior;</p> <p>g) Liberação de R\$ 5,4 bilhões, também em caráter preventivo, aos pequenos bancos para operações de crédito e para pessoas físicas e jurídicas, por meio de liberação de recursos do Fundo Garantidor de Crédito – FGC;</p> <p>h) Continuação do processo de redução da taxa básica de juros (SELIC) de 13,75% ao ano, em dezembro de 2008, para 8,75% ao ano, em julho de 2009.</p>

(continua)

Estratégias do Governo para Enfrentar a Crise (2008-2009)

Estratégia	Detalhes	(continuação)
<p>Estímulo ao consumo / investimento e a capitalização das empresas</p>	<p>Redução de impostos para estimular o consumo e ampliação / postergação dos prazos de recolhimento de impostos para as empresas:</p> <p>a) Redução, entre dezembro 2008 a setembro 2009, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos automotores, setor que havia sido duramente afetado pela crise e pela contração do crédito no final de 2008, mas que, no primeiro semestre de 2009, deu sinais de recuperação;</p> <p>b) Em outubro, novembro e dezembro de 2009, a tarifação voltou gradualmente. Em março de 2009, houve inclusão de outros setores (produtos básicos da construção civil, material escolar, eletrodomésticos) na redução do IPI. A redução na chamada linha branca de eletrodomésticos, como geladeira e fogão, foi até outubro de 2009. Os cortes para material de construção foram até o fim de 2009. Foram incluídos os vergalhões, que não estavam na lista original de desconto de imposto;</p> <p>c) Como forma de financiar a redução das alíquotas sobre esses setores industriais, elevou-se a alíquota dos impostos sobre o consumo de cigarros;</p> <p>d) Adiamento do prazo de recolhimento de impostos federais para melhorar a capitalização / liquidez das empresas. O corte de PIS e COFINS para trigo, farinha e pão foi até o fim de 2010;</p> <p>e) Redução das alíquotas de imposto de renda sobre as pessoas físicas, como forma de estimular o consumo;</p> <p>f) Redução de Imposto sobre Operações Financeiras – IOF para pessoas físicas como forma de estimular o consumo, tornando mais barato o custo dos financiamentos;</p> <p>g) Expansão do prazo de pagamento do seguro desemprego;</p> <p>h) Aumento dos investimentos públicos por meio do PAC, incluindo a antecipação de programa para a habitação / construção civil com a previsão de construção de 1 milhão de imóveis;</p>	

Estratégias do Governo para Enfrentar a Crise (2008-2009)

Estratégia	Detalhes (continuação)
Aumento do investimento público	<p>a) Antecipou-se o programa de instalação de 720 novas agências da Previdência Social, o que aumenta o volume de recursos aplicados em obras públicas e gerando aumentos de investimentos públicos futuros, quando do início do funcionamento das agências (novos servidores, por exemplo);</p> <p>b) Aceleração das obras do PAC.</p>
Manutenção da política de valorização do salário mínimo	<p>a) Foi mantido o índice de reajuste anual dos benefícios, como as aposentadorias e o salário mínimo, injetando-se mais recursos financeiros (aproximadamente R\$ 8 bilhões) na economia. A regra de reajuste do salário mínimo, negociada em 2006 com as Centrais Sindicais, tem como critérios o repasse da inflação do período, mais o aumento real pela variação do PIB com defasagem de dois anos;</p> <p>b) Também foi mantido outro ponto do acordo com as Centrais Sindicais, que é a antecipação gradativa do mês no qual ocorre o ajuste anual do salário mínimo e das aposentadorias (em 2008, ocorreu em março; em 2009, fevereiro; em 2010, janeiro);</p> <p>c) Modificou-se a regra do crédito consignado para aposentados e pensionistas, aumentando a margem para uso dessa modalidade mais barata de crédito em substituição ao crédito de linha mais caro.</p>

Fonte: Dantas e Barbieri (2011). Tabela com modificações do texto original.